



**AGENDA 2030
NA GESTÃO PÚBLICA:
PRÁTICAS E DESAFIOS
EM
INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR**

ORGANIZADORES

Elaine Cristina Gomes da Silva
Lucas José Teodoro Lobato
Sara Brinati Valentim

**AGENDA 2030 NA GESTÃO PÚBLICA:
PRÁTICAS E DESAFIOS EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR
1ª edição**

Alegre – ES
2020

Os capítulos são de responsabilidade dos respectivos autores.

As fotos utilizadas neste e-book foram obtidas na plataforma oficial da Agenda 2030 (www.agenda2030.com.br) e no site das Nações Unidas no Brasil (www.nacoesunidas.org)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – Este e-book é gratuito.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/98) é crime (art. 184 do Código Penal).

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.



Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Setorial Sul da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S586a

Silva, Elaine Cristina Gomes da

Agenda 2030 na gestão pública : práticas e desafios em instituição de ensino superior [recurso eletrônico] / Elaine Cristina Gomes da Silva, José Teodoro Lobato, Sara Brinati Valentim (organizadores) . – Alegre, ES : CAUFES, 2020.

106 p.: il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86981-01-8

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Gestão pública. 3. Sustentabilidade. 4. Agenda 2030. I. Silva, Elaine Cristina Gomes da, 1976, org. ; II. Lobato, Lucas José Teodoro, org. ; III. Valentim, Sara Brinati, org -.

CDU: 502

AUTORES

Ângela Maria de Souza Pimentel^{1,2}

Cristiano Dutra²

Elaine Cristina Gomes da Silva^{1,2}

Gabriela Senra Amaral^{1,2}

Helbert Ramanhole de Vargas ^{1,2}

Ligiane Bornela de Souza ^{1,2}

Lucas José Teodoro Lobato²

Maria Luiza Leal Domingos Guimarães^{1,2}

Sergio Rodrigues Silveira^{1,2}

Nilton Cesar Fiedler²

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO (Ufes)

Reitor: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)

Diretor: Rogério Naques Faleiros

Campus de Alegre

Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAЕ)

Diretora: Louisiane de Carvalho Nunes

Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)

Diretora: Neuza Maria Brunoro Costa

¹ Mestrado Profissional de Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Universidade Federal do Espírito Santo.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho às milhares de vítimas da pandemia do Covid-19 e aos profissionais da saúde que estiveram nessa batalha.

AGRADECIMENTOS

Organização das Nações Unidas (ONU)

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Mestrado Profissional em Gestão Pública da Ufes

Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Pró-Reitoria de Pesquisa (PRPPG)

Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN)

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Campus de Alegre:

Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAIE)

Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)

Secretaria Única de Graduação (SUGrad)

Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social (SASAS)

Servidores do Restaurante Universitário

Todos os servidores da Ufes que contribuíram direta ou indiretamente na elaboração deste trabalho.

PREFÁCIO

Este e-book, de produção independente e gratuita, é fruto dos trabalhos realizados na Disciplina Desenvolvimento Sustentável, do Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Campus de Alegre. Após pesquisas e amplas discussões entre os autores deste trabalho, notamos que nas experiências cotidianas na Ufes pouco se sabia sobre o Desenvolvimento Sustentável, menos ainda sobre os Objetivos da Agenda 2030, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) aos Países membros. Ademais, há poucas publicações científicas sobre o assunto, sendo que a maioria das informações disponíveis são oriundas da ONU e do Governo federal brasileiro.

Isto posto, incentivados por meio dessa experiência empírica e pelo esforço conjunto bem intencionado para lidar com os principais desafios do mundo contemporâneo, buscou-se neste estudo investigar diferentes atividades no Campus da Ufes em Alegre, referentes ao ano de 2018, que se enquadrassem nos objetivos da Agenda 2030.

Nessa seara, esperamos que este modesto trabalho possa provocar reflexões sobre a importância do desenvolvimento sustentável e estimular maior adesão dessa temática nas atividades administrativas, nos projetos de pesquisa, extensão e ensino, envolvendo a comunidade universitária e a população em geral, além de estimular novas pesquisas científicas. Sabemos que há muito a ser feito e escolhemos dar os primeiros passos para que os propósitos da Agenda 2030 tornem-se mais conhecidos, amplamente divulgados e fortemente implantados (intentos deste trabalho), pois, como dizia o educador brasileiro Paulo Freire “A leitura do mundo precede a da palavra”.

Este propósito de um mundo melhor lembrou-me do Planeta dos Palhaços. Na década de 1980, quando o cantor Ivan Lins escreveu a música “Depende de nós”, participei de uma peça de teatro, cuja história se desenvolvia em torno de um astronauta que sonhava com um planeta diferente para sua filha crescer, pois a Terra estava em crescente destruição. Então, o pai construiu um foguete e viajaram para outra galáxia a fim de buscar um planeta para viverem melhor. Visitaram muitos, mas nenhum estava em condições adequadas para sobreviverem: uns eram muito frios ou muito quentes, outros só tinham água ou terra seca e, em nenhum deles, havia vida. Desanimados, decidiram voltar para Terra, mas, no caminho, uma chuva de meteoros os levaram para uma galáxia totalmente desconhecida e caíram no Planeta dos Palhaços, um mundo bem diferente do que eles já tinham visto. Nesse lugar, os habitantes possuíam diferentes habilidades e as utilizavam na manutenção do planeta

em que viviam. Cada um contribuía com seu talento e, juntos, mantinham o Planeta dos Palhaços como o lugar em que o astronauta sempre sonhou para sua pequena filha... Bem recebidos pelos habitantes daquele planeta, pai e filha viviam muito felizes e aprendiam diariamente com os palhaços até que, certa noite, ela sonhou que eles voltavam para a Terra e que essa se tornava tão linda quanto o Planeta dos Palhaços. Após compartilhar o sonho com o pai, decidiram ajudar a mudar a história da Terra, então voltaram e ensinaram a humanidade tudo o que aprenderam.

Já se passaram mais de 30 anos e até hoje temos muito a aprender com o Planeta dos Palhaços. A história é a mesma, mas para o cenário mudar até o ano 2030, dependerá de nós...

Elaine Cristina Gomes da Silva¹

¹Professora no Mestrado Profissional de Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (elaine.g.silva@ufes.br).



DEPENDE DE NÓS

(Ivan Lins, 1987)

*Depende de nós
Quem já foi ou ainda é criança
Que acredita ou tem esperança
Quem faz tudo pra um mundo melhor*

*Depende de nós
Que o circo esteja armado
Que o palhaço esteja engraçado
Que o riso esteja no ar
Sem que a gente precise sonhar*

*Que os ventos cantem nos galhos
Que as folhas bebam orvalhos
Que o sol descortine mais as manhãs*

*Depende de nós
Se esse mundo ainda tem jeito
Apesar do que o homem tem feito
Se a vida sobreviverá*

*Que os ventos cantem nos galhos
Que as folhas bebam orvalhos
Que o sol descortine mais as manhãs*

...

SUMÁRIO

Capítulo I

APONTAMENTOS ACERCA DA SAÚDE DOS UNIVERSITÁRIOS NA PERSPECTIVA DA AGENDA 2030	13
---	----

Capítulo II

ATIVIDADES QUE CONTRIBUEM COM A VIDA SAUDÁVEL E PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR	24
---	----

Capítulo III

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE QUALIDADE	37
---	----

Capítulo IV

IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO ÀS MULHERES	53
---	----

Capítulo V

ATIVIDADES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO FRENTE ÀS MUDANÇAS DO CLIMA	65
--	----

Capítulo VI

USO SUSTENTÁVEL E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	79
--	----

Capítulo VII

LEVANTAMENTO DOS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PARCERIAS GLOBAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA UFES	90
---	----

INTRODUÇÃO

O crescimento demográfico, o consumo inadequado dos recursos naturais exauríveis, a pobreza persistente de grande parte da humanidade, a injustiça, a violência, desigualdades sociais e a ocorrência de catástrofes naturais, por décadas ainda constituem a maior parte dos problemas vividos pelo homem, interferindo negativamente no desenvolvimento sustentável, que objetiva o desenvolvimento equilibrado da sociedade, sem comprometer os recursos econômicos e ambientais das gerações futuras.

Assim, visando encontrar medidas para que os cenários social, ambiental e econômico, a Organização das Nações Unidas - ONU (ONU, 2015) elaborou a Agenda 2030, que é plano estratégico constituído por um conjunto de 169 metas integradas e indivisíveis em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A perspectiva da Agenda 2030 é que esses objetivos orientem as ações de seus países-membros nos próximos 15 anos em direção a um mundo com sustentabilidade em seu desenvolvimento e o Brasil faz parte desse acordo, entre os 194 países membros. Isso reflete o reconhecimento de que todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – têm desafios históricos a superar quando o assunto é promoção do desenvolvimento sustentável. Contudo, mesmo diante desse reconhecimento, as políticas públicas que cerceiam a Agenda 2030, não possuem poder coercitivo no Brasil.

A Agenda 2030 foi constituída em um único documento, cujos ODS foram elaborados de modo amplo, visando alcançar todos os tipos de instituições, públicas ou privadas, desde a indústria até a educação, em todo o mundo. Para tanto, cada país ficou responsável para adequar a Agenda 2030 conforme sua realidade cultural, política, econômica, ambiental e social. Por isso, por orientação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, a Agenda 2030 deve ser conduzida de forma integrada às Estratégias Nacionais de Desenvolvimento para alcançar todas as pessoas, sendo, portanto, de suma importância que os governos locais exerçam sua parte na adequação dos ODS e suas respectivas metas à realidade regional ou local, e na implantação desses objetivos em seus planejamentos e orçamentos, incentivando a participação da sociedade civil.

Convém sublinhar que, antes mesmo do lançamento da Agenda 2030, a Constituição Federal (CF) de 1988 em seu Artigo 3, já assegurava como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e, mesmo após 30 anos tais proposições da CF ainda estão muito longe de serem alcançadas.

Ademais, a Gestão pública brasileira infelizmente carrega vestígios históricos de sobreposição dos interesses políticos e pessoais acima do bem estar da sociedade. Outros fatores também interferem negativamente na elaboração e execução de políticas públicas mais eficientes para o desenvolvimento sustentável, tais como: a dificuldade de mudanças nas políticas públicas, controladas pelo excesso de burocracia; descontinuidade dos planos de Gestão, em razão da troca de governantes e ministros; crises econômicas e políticas; corrupção e uso inadequado dos recursos públicos.

Nesse cenário, destaca-se o papel das Instituições de Ensino Superior (IES), importante influenciadora no comportamento individual e coletivo da sociedade, que deve estar preparada para lidar com os problemas do século XXI, apontados na Agenda 2030, e contribuir para suas resoluções, mesmo sabendo que a educação sozinha não resolverá tais problemas.

Destarte, os trabalhos que compõem este livro investigaram 7 dos 17 ODS. Para tanto e seguindo a orientação das metas do ODS 16 quanto ao acesso e transparência das informações do setor público, buscou-se, para os estudos aqui apresentados, os registros de atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão nos setores competentes e no site oficial da Ufes, não sendo consideradas atividades sem registro. Apresentamos, ainda, como parte introdutória, os objetivos da Agenda e um panorama atual da evolução das metas e indicadores do Brasil.

Os organizadores.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO

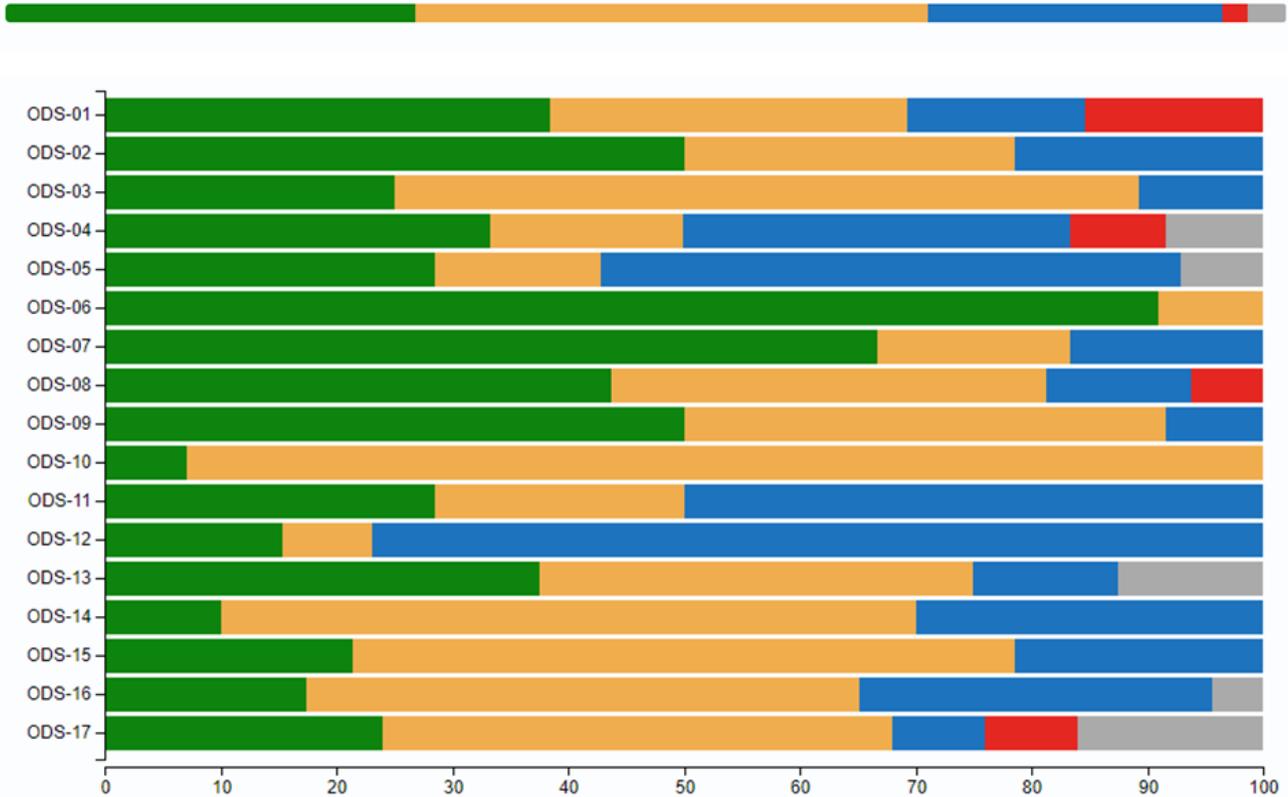
ODS	Descrição do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	Número de Metas
1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	7
2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	8
3*	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	13
4*	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	10
5*	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	9
6	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.	8
7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.	5
8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.	12
9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	8
10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	10
11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	10
12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	11
13*	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.	5
14	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.	10
15*	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.	12
16*	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	12
17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	19

* Objetivos contemplados neste estudo.

Fonte: Agenda2030.com.br

RELATÓRIO DOS INDICADORES PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

78 Produzido 99 Em análise/construção 56 Sem Dados 6 Sem Metodologia Global 8 Não se aplica ao Brasil



¹Atualizado em 03/06/2020.

Fonte: odsbrasil.gov.br

ADEQUAÇÃO DAS METAS PROPOSTAS PARA O BRASIL SEGUNDO O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Síntese dos resultados	Número absoluto	Relativo (%)
Metas globais que foram mantidas <i>(Metas globais cujo conteúdo foi considerado como adequado ao Brasil, mesmo que necessitando alterações)</i>	167	98,8
Metas consideradas como não aplicáveis ao Brasil <i>(Metas globais cujo conteúdo foi considerado como inadequado à realidade brasileira)</i>	2	1,2
Subtotal – metas globais	169	100
Metas globais que foram mantidas na versão original <i>(Metas cujo texto proposto pela ONU foi integralmente considerado como adequado ao Brasil)</i>	39	22,3
Metas que foram alteradas para adequar-se à realidade brasileira <i>(Metas cujo texto proposto pela ONU sofreu alteração visando a sua adequação às especificidades do Brasil e/ou à sua quantificação)</i>	128	73,1
Metas nacionais que foram adicionadas <i>(Novas metas propostas pelos grupos interministeriais visando contemplar prioridades nacionais)</i>	8	4,6
Total de metas nacionais	175	100%



CAPÍTULO I

APONTAMENTOS ACERCA DA SAÚDE DOS UNIVERSITÁRIOS NA PERSPECTIVA DA AGENDA 2030

Ângela Maria de Souza Pimentel¹

¹ E-mail: angela.m.pimentel@ufes.br

1 INTRODUÇÃO

É preciso atenção com a saúde mental dos estudantes universitários. É o que revela o V levantamento do perfil dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, em 2018. Os dados revelam que o sofrimento psíquico desse público é grande e a rotina de estudos pode contribuir para aumentar problemas relativos à saúde mental. Dentre as principais dificuldades apontadas pelos estudantes estão a carga excessiva de trabalhos, dificuldades financeiras, de aprendizagem, de adaptação a novas situações, de relacionamento social/interpessoal e violência psicológica/assédio moral (ANDIFES, 2019).

Estar bem física e psicologicamente é fundamental para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas de todos os seres humanos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde está para além da ausência de doenças, pois reflete um estado de pleno bem-estar físico, mental e social. Da mesma forma, a saúde mental também vai além da ausência de transtornos mentais ou deficiências, pois trata-se de um estado em que o indivíduo é capaz de lidar com as tensões normais do dia-a-dia, trabalhar, relacionar-se com outros e aproveitar a vida de forma plena. Não há saúde sem saúde mental (OMS, 2019).

Nesse contexto, a OMS afirma que a depressão é um transtorno mental frequente. Estima-se que mais de 300 milhões de pessoas, de todas as idades sofram com esse transtorno, que é a principal causa de incapacidade em todo o mundo e, em casos mais graves, pode até levar ao suicídio. Cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos (OMS, 2019) e já é considerado a segunda causa de morte entre os universitários (SANTOS et al, 2017).

Pesquisadores têm se dedicado a entender as razões do adoecimento mental dos graduandos e afirmam que a entrada para a universidade constitui um importante processo de transição da adolescência para a vida adulta, com uma série de expectativas, acompanhadas por ansiedade e medo em relação ao desempenho acadêmico e ao futuro. A distância da família (BLEICHER & OLIVEIRA, 2016; PADOVANI et al, 2014) e o estresse resultante de todo esse processo de mudança são fatores de risco para doenças e distúrbios psíquicos (FERREIRA et al, 2016).

Acredita-se que as instituições de ensino superior são um ambiente de risco para a saúde mental, entretanto há poucos estudos que abordam o tema. Assim, as IFES não podem ser vistas apenas como ambiente educacional, mas como responsáveis por criar instrumentos para promoção de saúde e bem-estar para toda a comunidade universitária (CASTRO, 2017).

Trata-se de um tema tão importante que organismos internacionais como Organização das Nações Unidas – ONU e OMS trabalham em conjunto para melhorar as condições de saúde dos povos. Nesse sentido, foi criada em 2015 a Agenda 2030, que traz 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030 por todos os países membros das Nações Unidas. O Desenvolvimento Sustentável é entendido como uma forma de crescer e satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas.

Assim, considerando que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 da Agenda 2030 é garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades e que as IFES são um espaço propício para o adoecimento mental, este trabalho objetiva discutir, de modo geral, a relação entre a saúde mental dos Universitários frente ao que é proposto no ODS 3.

2.1 Saúde pública

A saúde constitui um direito fundamental. Direito de todos e dever do Estado, assim diz o Art. 196 da Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988 (CF/88). Ela representa um importante marco legal na consagração dos direitos sociais no Brasil, principalmente em relação à saúde. Conhecida como “Constituição Cidadã”, materializou a saúde como política pública, consolidada através da lei 8.080/90 que criou o Sistema Único de Saúde – SUS. Esta lei dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde que deve ser realizada em conjunto pela União, Estados e Municípios (BRASIL, 2010).

Desde a década de 90, o Ministério da Saúde trabalha, em consonância com as diretrizes do SUS, para a implantação do modelo de atenção de base comunitária, incluindo a saúde mental. Nesse sentido foi criada a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras drogas, com base na Lei nº 10.216/01 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Configura-se como uma política de Estado e está em acordo com os princípios e diretrizes de organismos internacionais. (Ministério da Saúde, 2017).

A Política Nacional de Saúde Mental compreende as estratégias e diretrizes adotadas pelo país com o objetivo de organizar a assistência às pessoas com necessidades de tratamento e cuidados específicos em Saúde Mental. Abrange a atenção a pessoas com necessidades relacionadas a transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo, incluindo aquelas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas (álcool, cocaína, crack e outras drogas) (Ministério da Saúde, 2017).

A estratégia adotada por esse ministério na atenção à saúde mental foi a implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que conta com uma rede de serviços em diferentes modalidades. Dentre eles estão os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, que são serviços de caráter aberto e comunitário

que contam com equipe multidisciplinar, atendendo prioritariamente pessoas com sofrimento mental (Ministério da Saúde, 2017).

Essa política também prevê ações de prevenção nas áreas de dependência química e suicídio, com destinação de recursos para campanhas de prevenção, programas e projetos voltados para essa temática (Ministério da Saúde, 2017). Medida importante uma vez que o consumo de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários é mais frequente que na população em geral, o que reforça a necessidade de desenvolvimento de ações de prevenção e elaboração de políticas específicas para esse segmento (Pedrosa et al, 2011).

No âmbito das IFES, o governo federal reconheceu a importância da atenção à saúde dos estudantes ao incluí-la nas ações a serem realizadas pela assistência estudantil. O Decreto nº 7.234/2010 que dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil – PNAES, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. E as ações de assistência estudantil a serem desenvolvidas incluem as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Essas ações são uma forma de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, evitando assim a retenção e a evasão (Brasil, 2010). Assis (2010, p. 167) afirma que,

Os serviços e espaços que compõem a assistência estudantil ofertada por uma universidade refletem o compromisso social desta para com toda a comunidade universitária e a sociedade que a mantém financeiramente, e lhe confere o título de escola formadora de pensamentos, opiniões e projetos de desenvolvimento do país.

Apesar de incluir a saúde nas ações a serem realizadas pela assistência estudantil, o atendimento se limita, muitas vezes, à equipe psicossocial que realiza os encaminhamentos para a rede do município. Ainda há pouca articulação entre os serviços de saúde dos municípios e as universidades. E não se observa um trabalho mais consistente de prevenção de uso de álcool e outras drogas; prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST/Aids e promoção de saúde mental.

3 A SAÚDE DOS UNIVERSITÁRIOS

Com o processo de Reestruturação e Expansão Universitária - REUNI, o ensino superior se tornou mais acessível, popular e inclusivo. De 2003 a 2017 houve uma expressiva expansão de vagas e instituições de ensino superior. O Sistema de Seleção Unificado – SISU, possibilitou a mobilidade territorial dos estudantes e a Lei nº 12.711/12, conhecida como lei das cotas, que estabelece que 50% das vagas nas IFES sejam reservadas para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, contribuiu para a mudança do perfil dos estudantes. Hoje, os estudantes que tiveram toda a

trajetória de estudos em escolas públicas representam 60% do público das IFES e mais da metade deles vive com renda per capita de até um salário mínimo (ANDIFES, 2019).

Essa mobilidade experimentada por grande parte dos estudantes pode contribuir para o adoecimento (BLEICHER & OLIVEIRA) e “(...) a falta de identificação ou criação de conteúdo significativo do estudante com a universidade pode influenciar substancialmente sua psique, notadamente no que diz respeito ao seu desenvolvimento psicossocial” (CASTRO, 2017, p. 383). Dentre as dificuldades emocionais vivenciadas estão tristeza persistente, medo, pânico, alterações do sono, sentimento de desamparo, desespero, desatenção, confusão mental, desmotivação, desânimo e a ansiedade que atinge cerca de 63,6% dos estudantes (ANDIFES, 2019).

Em relação à saúde mental, os dados do V levantamento mostram que, cerca de 32,4% dos estudantes estiveram ou estão em acompanhamento psicológico e destes 39,9% fazem ou fizeram uso de medicação psiquiátrica. A ansiedade afeta seis a cada dez estudantes e 10,8% relataram ter ideia de morte e 8,5% pensamento suicida. Esse percentual mais que dobrou de 2014 até 2018, quando a porcentagem era de 4% para pensamento suicida. Este dado é alarmante já que a amostra da pesquisa contou com a participação de 424.128 estudantes de todas as IFES do país e representa 35,34% do total de estudantes que é de 1.200.300 (ANDIFES, 2019). “É nesse cenário que instrumentos de apoio se configuram como fundamentais para auxiliar os estudantes vulneráveis a prosseguirem com sua graduação” (CASTRO, 2017, p.3860).

Outro fato de grande impacto na saúde da população jovem são as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Estudos apontam que eles são mais suscetíveis a elas, não só por estarem em idade de plena atividade sexual, mas também porque é uma fase da vida em que tendem a adotar comportamentos de risco. E o ingresso na universidade, com todas as mudanças inerentes a este processo, pode contribuir para esse comportamento. A liberdade experimentada propicia maior contato com álcool, drogas e prática de sexo sem preservativo (SALES et al., 2016; ALVES et al., 2017).

No que se refere ao consumo de álcool e outras drogas, estudos apontam que é uma prática que tem impacto significativo sobre a saúde dos jovens, sobretudo, no que diz respeito aos comportamentos a ele associados como dirigir alcoolizado e manter relações sexuais sem proteção. Além de estar intimamente relacionado às questões de saúde mental e comprometer o desempenho acadêmico (BRASIL, 2010). “(...) o consumo de álcool entre os estudantes universitários tem sido associado à presença de ideação suicida bem como de tentativas do ato (SANTOS et al, 2017, p.6)”. Isso mostra a importância de se pensar políticas públicas voltadas especificamente para o cuidado com a saúde dos estudantes universitários.

4 A SAÚDE NA AGENDA 2030

Reconhecendo a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável, em 2015, representantes dos Estados-membros da ONU se comprometeram a adotar medidas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. Para que o desenvolvimento aconteça de forma sustentável é necessário que haja harmonia entre o crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente, pois são elementos fundamentais para o bem-estar de todos (AGENDA 2030, 2019).

Assim, a adoção da Agenda 2030 – Transformando Nosso Mundo, representa uma ação concreta dos países em busca de melhorar as condições de vida das pessoas. Os 17 ODS estão acompanhados de 169 metas a serem alcançadas até 2030 por todos os países membros das Nações Unidas. São objetivos ambiciosos e representam um desafio para os países e, somente com o envolvimento de governos, sociedade civil, trabalhadores, setor privado, enfim, de todos, será possível promover o desenvolvimento sustentável (ROCHA, 2017).

O ODS 3 da Agenda 2030 diz respeito à saúde e bem-estar e visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas idades. Para alcançar esse objetivo foram traçadas algumas metas, dentre as quais destaca-se o “3.4 até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar” (AGENDA 2030, 2019). Essa meta está diretamente relacionada ao nosso objeto de estudo, qual seja, a saúde dos universitários.

Lidar com a saúde dos estudantes é um desafio para as IFES. É urgente pensar em políticas direcionadas para esse público. Trabalhar a prevenção de uso de álcool e outras drogas; prevenção das IST e realizar um programa voltado para o cuidado com a saúde mental. Enfim, realizar ações de prevenção e promoção da saúde.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa teórica-aplicada do tipo exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, acerca da saúde mental dos universitários.

Este estudo foi embasado em artigos científicos pesquisados na Biblioteca Virtual em Saúde considerando a literatura produzida sobre a temática a partir de 2010. A pesquisa foi feita utilizando os descritores *saúde universitários*, *saúde mental estudantes*, *adoecimento mental estudantes*, *saúde e*

sustentabilidade e foram selecionados dez artigos que tinham relação direta com o tema. Além dos artigos foram utilizadas pesquisas, legislações e sites com informações sobre o assunto.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É consenso entre os autores pesquisados que, desde o ingresso na universidade até a conclusão do curso, diversos fatores favorecem o sofrimento psíquico dos estudantes. Seis deles sinalizam a precariedade da assistência à saúde ofertada a esse público e afirmam a necessidade de ampliar a discussão em torno da saúde mental dos universitários e de realizar novos estudos visando o aprimoramento das políticas e serviços de apoio psicológico. Ressaltam que as ações realizadas se reduzem ao tratamento da saúde em detrimento de atividades de promoção e prevenção.

Ainda nesse contexto, chamam a atenção para a necessidade de formulação de políticas acadêmicas e ações que visem o enfrentamento do problema, uma vez que é crescente o número de universitários com comprometimento da saúde mental, principalmente, ansiedade e depressão. Também é preocupante o aumento do número de suicídios entre universitários. Essa constatação está de acordo com os dados da OMS que indicam que o quadro de doença mental tem se agravado no mundo e o número de pessoas com depressão/ansiedade aumentou quase 50% nas últimas quatro décadas.

Observa-se que uma das Metas do ODS 3 é, até 2030, “reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar” (AGENDA 2030, 2019) e percebe-se que não será alcançada tendo em vista a ineficiência e, em alguns casos, ausência de políticas públicas capazes de alterar significativamente a realidade das pessoas.

Se a Universidade pública, enquanto instituição pública, com papel fundamental na sociedade à medida que forma cidadãos, não se compromete em realizar ações pensando na saúde mental dos estudantes, dificulta o atingimento dos ODS da Agenda 2030 e compromete a sustentabilidade. Uma vez que para ser sustentável é necessário que as vertentes, econômica, social e ambiental estejam funcionando corretamente.

As vertentes social e econômica são muito impactadas quando se trata de saúde mental, não só pelo gasto com tratamentos, equipamentos e profissionais, mas também pela quantidade de pessoas afastadas do trabalho. Dados do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho mostram que, em 2016, mais de 75 mil pessoas foram afastadas do trabalho por depressão. Entre 2009 e 2015, quase 97 mil pessoas foram aposentadas por invalidez em razão de transtornos mentais e comportamentais (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2017). Esses dados são preocupantes,

uma vez que os servidores públicos municipais, estaduais e federais não estão incluídos nesta estatística. Além de deixar de produzir, os indivíduos passam a onerar os cofres públicos.

No contexto da Universidade, a pesquisa realizada pela Andifes (2019) mostra que 17,2% dos estudantes já fizeram trancamento do curso por motivo de saúde. O que também gera prejuízo financeiro, já que o tempo de conclusão do curso se estende além do esperado. Além disso, também existem aqueles que abandonam o curso por motivo de saúde e, nesse caso, o prejuízo é ainda maior, uma vez que o recurso financeiro investido pela família e pelo Estado para permanência do estudante na universidade não terá retorno. Em 2015, o investimento público por estudante do ensino superior foi de R\$ 23.215,00 (INEP, 2019).

A Tabela 1 mostra o aumento dos problemas de ordem psicológica entre os universitários nos anos de 2010 a 2018. O que reforça a necessidade de políticas acadêmicas voltadas para a saúde mental dos estudantes.

Tabela 1: Dificuldades emocionais de estudantes das IFES entre 2010 e 2018.

Problemas ou sensações de:	Ano 2010	Ano 2014	Ano 2018
Ansiedade	70,0	58,4	63,6
Tristeza persistente	*	19,3	22,9
Ideia de morte	*	6,4	10,8
Pensamento suicida	*	4,1	8,5

Fonte: Adaptado pela autora a partir do V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018).

Apesar de tudo que foi exposto, as pessoas com transtornos mentais não recebem tratamento adequado e o investimento em saúde mental é insuficiente, principalmente em países subdesenvolvidos (OMS/OPAS, 2019).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a Universidade pública tem um longo caminho a percorrer em se tratando do cuidado com a saúde mental dos estudantes. É um tema muito importante que necessita de mais atenção dos dirigentes das instituições. Tanto no sentido de realizar estudos mais aprofundados sobre as melhores formas de atender a esta demanda, quanto no sentido de colocar em prática o mais rápido possível as ações.

Uma estratégia possível de ser realizada seria a elaboração de uma política acadêmica voltada para as necessidades dos universitários que envolve, entre outras coisas, o dimensionamento da equipe e sua capacitação, para que todos tenham acesso a um serviço de qualidade.

Por fim, ressalta-se que a universidade é um local estratégico para contribuir para o alcance dos Objetivos propostos pela Agenda 2030, principalmente, em se tratando de saúde, uma vez que o número de estudantes que podem ser alcançados pelas estratégias adotadas por ela para prevenção de doenças e promoção da saúde é muito grande. Além disso, espera-se que os profissionais por ela formados atuem na sociedade e sejam disseminadores de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. A **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <www.agenda2030.com.br/sobre>. Acesso em 27 mai. 2019.

ALVES, B.; GONÇALVES, M. B.; FONTOURA, L. V.; NEVES, G. D'Eça. Perfil sexual de estudantes universitários. **Rev. Brasileira Promoção da Saúde**. v.30. n.4, 2017.

ASSIS, A. D. Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 2, n.4-5, p.159 – 177, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR; FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. **V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (2018)**. Uberlândia, 2019.

BLEICHER, Taís; OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno de. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicol. Esc. Educ.** [online]. 2016, vol.20, n.3, pp.543-549.

BRASIL. Decreto 7.234 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Emílio Sabatovski, Iara P. Fontoura. 6 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

CASTRO, Vinícius Rennó. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Revista Gestão em Foco** - edição nº 9, 2017, p. 380-401.

FERREIRA, Michelle; CORTEZ, Elaine; SILVA, Jorge; FERREIRA, Maylu Júlio. Avaliação da saúde mental positiva de discentes de enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental** (Spe. 4), 2016, p.57-62.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/politica-nacional-de-saude-mental-alcool-e-outras-drogas>>. Acesso em 30 mai. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental depende de bem-estar físico e social**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/saude-mental-depende-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>>. Acesso em 24 mai. 2019.

_____. **Depressão**. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=1095>. Acesso em 26 mai. 2019.

_____. **Saúde mental**. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/en/>. Acesso em 25 mai. 2019.

_____. **Saúde mental**. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5882:investimentos-

em-saude-mental-devem-aumentar-para-atender-as-necessidades-atuais-das-americas&Itemid=839>. Acesso em 23 jun. 2019.

PADOVANI, Ricardo da Costa; NEUFELD, Carmem Beatriz; MALTONI, Juliana; BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes; SOUZA, Wanderson Fernandes; CAVALCANTI, Helton Alexsandro Firmino; LAMEU, Joelma do Nascimento. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas** 2014•10(1) pp.2-10.

PEDROSA, Adriano da Silva; CAMACHO, Luiz Antônio Bastos; PASSOS, Sônia Regina Lambert; OLIVEIRA, Raquel de Vasconcellos Carvalhaes. Consumo de Álcool entre estudantes universitários. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(8), 2011, p. 1611-1621.

ROCHA, Evangelista. **Saúde e objetivos do desenvolvimento sustentável**. *Revista Factores de Risco*, n. 45, p. 12-19, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31353/1/Saude_e_objetivos.pdf>. Acesso em 4 de jun. de 2019.

SALES, W. B.; CAVEIÃO, C.; VISENTIN, A.; MOCELIN, D.; COSTA, P. M.; SINN, E. B. Comportamento sexual de risco e conhecimento sobre IST/SIDA em universitários da saúde. **Rev. Enf. Ref., Coimbra**, v. ser IV, n. 10, p. 19-27, set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087402832016000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 abri. 2019.

SANTOS, Hugo Gedeon Barros; MARCON, Samira Reschetti; ESPINOSA, Mariano Martínez; BAPTISTA, Makilin Nunes; PAULO, Paula Mirianh Cabral. Fatores associados à presença de ideação suicida entre universitários. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** 2017; 25: e 2878.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Programa Nacional de Prevenção de Acidente de Trabalho**. 2017. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/apresentacao>>. Acesso em 24 jun. 2019.



CAPÍTULO II

ATIVIDADES QUE CONTRIBUEM COM A VIDA SAUDÁVEL E PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

Gabriela Senra Amaral¹

¹ E-mail: gabisenra@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O conceito de saúde está intimamente ligado ao conceito de bem-estar, que é o estado de satisfação plena das exigências do ser humano, sejam físicas ou mentais. A Organização Mundial de Saúde (OMS, 1946) define saúde não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social.

A saúde é um dos direitos fundamentais de todo o ser humano e para ser alcançada precisa da cooperação da sociedade e do Estado. Rocha (2017) declara que a saúde é um valor intemporal, sendo a boa saúde uma condição para o trabalho e uma medida do desenvolvimento sustentável, porém as desigualdades em saúde trazem enormes desafios, envolvendo diversos setores, numa visão da saúde global, objetivando a maximização do progresso. O mesmo autor ainda afirma:

O direito à saúde constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano independente de diversas distinções e condições econômicas. Os percursos para realizar este princípio bem definido, quer no acesso quer na utilização, têm sido melhorados, mas persistem iniquidades e muito trabalho para ser feito (ROCHA, 2017, p.17).

A Constituição da República Federativa do Brasil, nossa carta magna, estabelece em seu art. 6º que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Institui também, em seu art. 23, II, que é “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública”.

Diversas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), trabalham em conjunto para o pleno desenvolvimento das diferentes áreas da atividade humana, buscando, principalmente, o alcance do maior grau possível de saúde por todos os povos. As Nações Unidas do Brasil destacam as atividades, em conjunto, da ONU e da OMS:

As Nações Unidas, desde sua criação, têm participado ativamente na promoção e proteção de bons níveis de boa saúde em nível mundial. Liderando este esforço no âmbito do Sistema das Nações Unidas está a Organização Mundial da Saúde (OMS), cuja Constituição entrou em vigor a 7 de abril de 1948. No início, foi decidido que as prioridades da OMS seriam a malária, a saúde de mulheres e crianças, a tuberculose, doenças venéreas, a nutrição e o saneamento ambiental. Muitos destes assuntos permanecem ainda na agenda da OMS até hoje, além de novas doenças, como o HIV/AIDS (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2018).

Neste contexto, em 2015 foi elaborada a Agenda 2030, que engloba um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Ela propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes e sua implementação foi proposta para se iniciar no ano de 2016 até 2030.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) previsto na Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2015) visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades e, reconhece, ainda, que a saúde é um direito inalienável e fundamental para o desenvolvimento humano.

Entre as metas do ODS 3, está o estabelecimento em acabar com as epidemias de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis e promover a saúde mental e o bem-estar. Prevê, também, o reforço à prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool e o controle do Tabaco.

Muitas instituições, públicas e privadas, estão se mobilizando e realizando ações para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, mas acredita-se estar longe de atingir tais metas, conforme destaca os Documentos Temáticos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Diversas políticas públicas e ações que contribuem para o alcance do ODS 3 estão implementadas e são monitoradas. No entanto, muito ainda deve ser feito para atingir cada uma das metas até 2030. Esse propósito exigirá do governo, da sociedade civil, da academia e da iniciativa privada trabalhar e pensar a Agenda 2030 de forma “integrada e indivisível” (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2017, p.33).

Assim, o presente trabalho objetiva fazer um levantamento das ações que estejam relacionadas com as Metas propostas pelo ODS 3, da AGENDA 2030 referente ao ano de 2018, na Universidade Federal do Espírito Santo, no *Campus* Alegre. Para o levantamento das ações, foram considerados os relatórios emitidos pelos setores competentes da Ufes, que continham os registros de diferentes atividades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) busca assegurar os cuidados de saúde para todos, em especial para crianças, jovens e pessoas das diversas regiões do planeta, onde os cuidados primários ainda são precários. Além disso, visa a promoção do bem-estar para todos, em todas as idades.

Uma saúde de qualidade depende, entre outras coisas, da relação com o ambiente onde o indivíduo está inserido. Neste sentido, Nogueira, Souza e Rosário (2013) sugerem que o ambiente

saudável é um fator determinante para a boa saúde, entretanto a relação entre a saúde e ambiente ainda é frágil devido à racionalidade de dominação e desrespeito que a sociedade tem em relação à natureza.

Já o bem-estar ajuda a lidar adequadamente com os desafios com que o ser humano se confronta nas diversas transições de sua vida. De acordo com MORAES (2002, p.3):

[...] nos sentimos emocionados e felizes em determinados ambientes ou em certos momentos e isto permite que certos pensamentos aflorem, facilitando [...] o encontro de soluções a problemas [...]. É a sensação de profundo bem-estar e de satisfação que faz com que se vivencie um processo criativo de geração de novas ideias [...].

Na busca por qualidade de vida, a saúde e o bem-estar físico e psicológico são fundamentais. Sabe-se que um ambiente de trabalho negativo pode levar a problemas de saúde física e mental de trabalhadores, além do uso abusivo de drogas ou álcool, faltas e perda de produtividade.

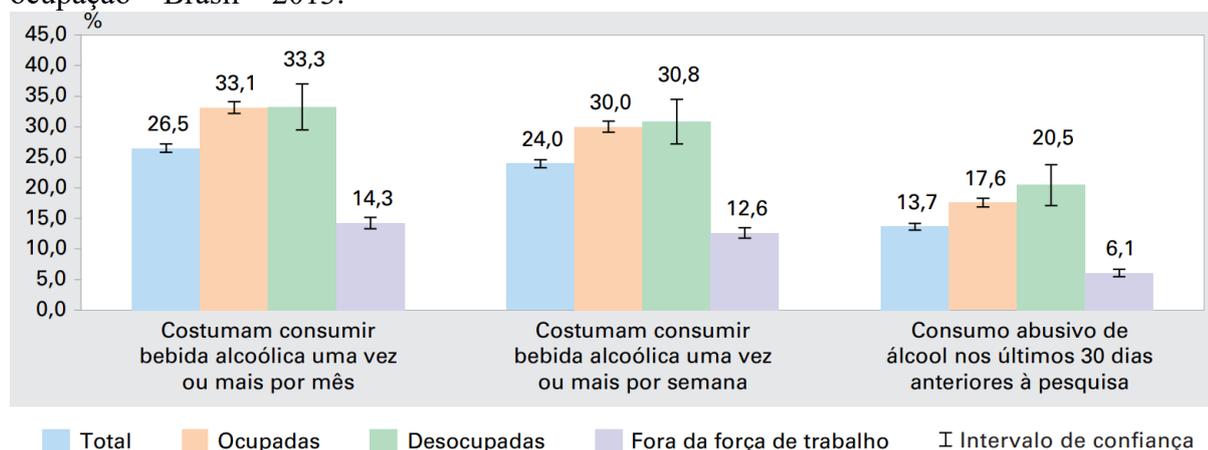
As metas do ODS 3 que tem relação com uma Instituição de Ensino Superior dizem respeito ao bem-estar e saúde mental, à prevenção e o tratamento do abuso de álcool e drogas, ao controle do uso do tabaco e ao combate as epidemias de AIDS e, por essa razão, são apresentadas neste trabalho somente as atividades que estão vinculadas ao propósito das metas:

- 3.3-Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;
- 3.4-Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;
- 3.5-Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;
- 3.a-Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

Visando melhor compreensão acerca da temática, em 2013, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013a) detectou que no Brasil, 14% da população, com 18 anos ou mais, eram fumantes de tabaco. E no Estado do Espírito Santo, a proporção de pessoas de 18 anos ou mais, usuárias de produtos derivados do tabaco, em 2013 era de 13% (IBGE, 2013b).

Já em relação ao uso de álcool, 13,7% da população brasileira com 18 anos ou mais faziam consumo abusivo de álcool em 2013, de acordo com a Figura 1.

Figura 1: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais, por alguns hábitos em relação ao consumo de bebida alcoólica, com indicação do intervalo de confiança de 95%, segundo a condição de ocupação – Brasil – 2013.



Fonte: Extraído de IBGE, 2013a.

O IBGE (2013b) destaca o posicionamento da Organização Mundial de Saúde (OMS) que considera o consumo abusivo de bebidas alcoólicas um fator de risco das principais Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), bem como dos acidentes e violências.

Pedrosa et al. (2011) destacam que pesquisas revelaram que o álcool é a substância mais consumida pelos jovens, seguida pelo tabaco, maconha e estimulantes, podendo representar um fator de risco para a adoção de outros comportamentos nocivos à saúde, como beber e dirigir, atividade sexual desprotegida, violência e suicídio.

No que tange transtornos mentais, atualmente, a depressão e a ansiedade são consideradas os dois transtornos mentais mais comuns entre os pós-graduandos. Em um artigo publicado na *Nature*, Gewin (2012) relatou que estatísticas específicas para alunos de pós-graduação são difíceis de encontrar, mas pesquisas sugerem que as taxas de depressão dobraram entre todos os estudantes universitários nos últimos 15 anos, e a incidência de comportamento suicida triplicou. A exemplo, tem-se o caso do suicídio do aluno do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro:

Rodrigo Marques era aluno do Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes UERJ) desde 2015. Durante sua trajetória na instituição, o estudante já apresentava sinais de ansiedade e estresse, os quais se desenvolveram em um quadro depressivo. Rodrigo não conseguiu concluir o curso, foi reprovado na qualificação. Num sistema meritocrático e produtivista – em que a própria academia se insere – é comum o desenvolvimento de transtornos de ansiedade,

depressão, pânico. As instituições acadêmicas tem como foco o resultado, de preferência em larga escala, sem se preocupar com a saúde mental do ser humano responsável por esta produção. Em momentos de crise, como acontece agora, estes quadros se agravam. Rodrigo se suicidou no dia 6 de dezembro de 2017 (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS, 2017).

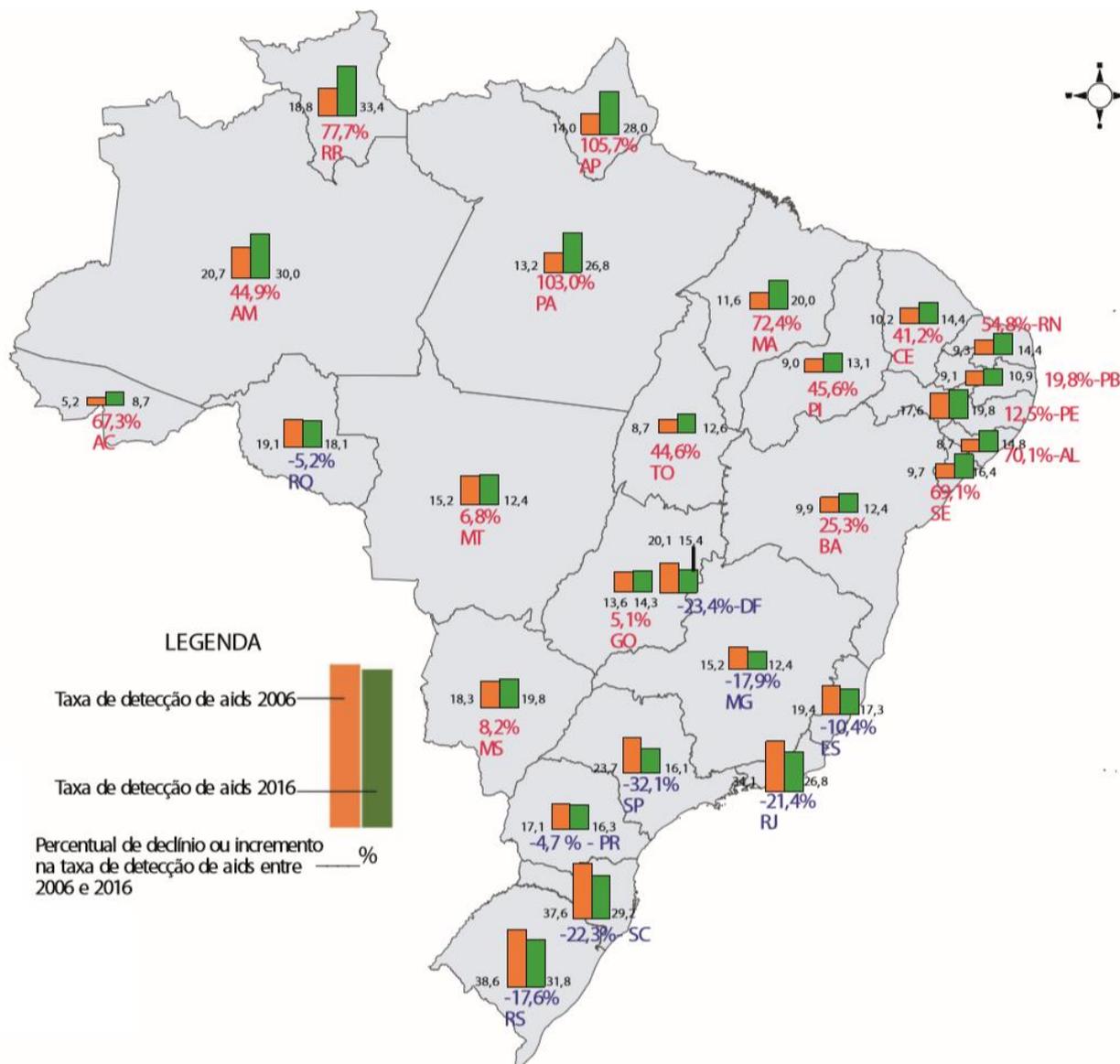
Segundo as Nações Unidas do Brasil (2018), baseado em dados da OMS, ao longo da vida, uma em cada dez pessoas precisará de cuidados de saúde mental, porém a falta de investimento no setor deixará muitos desses indivíduos sem acesso aos serviços e profissionais de que precisam. Destacam ainda o Plano de Ação Integral em Saúde Mental 2013-2020 da OMS, onde uma das metas prevê que a cobertura dos serviços de saúde mental seja ampliada em 20% até 2020. Outra meta do plano de ação da OMS é reduzir em 10% a taxa de suicídio, uma vez que a agência da ONU estima que cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano.

Merece destaque também, os dados referentes às infecções por HIV. HIV é a sigla em inglês do Vírus da Imunodeficiência Humana, causador da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. Ter o HIV não é a mesma coisa que ter AIDS. Há muitos soropositivos que vivem anos sem apresentar sintomas e sem desenvolver a doença.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2017), de 2007 até junho de 2017, foram notificados no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) 194.217 casos de infecção pelo HIV no Brasil, sendo 96.439 (49,7%) na região Sudeste. Já em relação à AIDS, o Ministério da Saúde informa que o país tem registrado, anualmente, uma média de 40 mil novos casos da doença nos últimos cinco anos, sendo a maior concentração dos casos nos indivíduos com idade entre 25 e 39 anos para ambos os sexos.

Na Figura 2, observa-se um declínio na taxa de detecção de AIDS entre os anos de 2006 e 2016 em nove Estados, entre eles, todos da Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo).

Figura 2: Taxa de detecção de AIDS (/100 mil hab.) e percentual de declínio ou incremento, segundo UF de residência, por ano de diagnóstico, Brasil, 2006 e 2016.



Fonte: BRASIL, 2017.

2.1 Indicadores de desenvolvimento sustentável estabelecidos para a agenda 2030

Os indicadores e objetivos específicos estabelecidos a nível mundial pela Organização das Nações Unidas (ONU) para as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) – Saúde e Bem-estar, que se relacionam com a realidade das Instituições de Ensino Superior (IES) estão relacionados no Quadro 1.

Quadro 1: Indicadores estabelecidos pela ONU para as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 da Agenda 2030 que se relacionam com as IES.

Objetivos específicos	Indicadores
3.3 - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.	3.3.1 - Número de novas infecções por HIV por 1 000 habitantes, por sexo, idade e populações específicas.
3.4 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.	3.4.2 - Taxa de mortalidade por suicídio.
3.5 - Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.	3.5.1 - Cobertura das intervenções (farmacológicas, psicossociais, de reabilitação e de pós-tratamento) para o tratamento do abuso de substâncias. 3.5.2 - Consumo nocivo de álcool, tendo por referência o limiar nacional definido para o consumo de litros de álcool puro per capita (pessoas com 15 ou mais anos) por ano.
3.a - Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.	3.a.1 - Prevalência de fumantes na população de 15 ou mais anos.

Fonte: *United Nations Statistics Division, 2017.*

Até a finalização deste estudo, não existiam indicadores produzidos no Brasil direcionados às Instituições de Ensino Superior. Conforme o IBGE (2018) atualmente, a maioria dos indicadores ainda estão em análise e ou construção.

3 AÇÕES EXECUTADAS NO CAMPUS DE ALEGRE

3.1 Projetos de extensão

- Integração Comunidade Acadêmica e Local com as Práticas Esportivas do Voleibol
- Forró Pé-de-Serra na UFES / Campus Alegre
- Projeto Sorriso Alegrense: a importância de compreender e estabelecer hábitos saudáveis

pautados na segurança alimentar e nutricional

- Projeto CRR - Sul Capixaba - Capacitação e Atualização em Drogas
- Fitoterápicos: conhecimentos básicos e uso racional
- Farmácia Viva (uso racional de plantas medicinais)
- Vitamina D e Saúde: uma abordagem deste nutriente

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2018a.

3.2 Projetos de pesquisa

• Influência do consumo de farinha de *yacon* na glicemia, perfil lipídico, composição corporal e consumo alimentar de mulheres com diabetes tipo 2 e com excesso de peso.

• Exercício físico e sua relação com variáveis antropométricas, clínicas, dietéticas e biomarcadores.

• Parâmetros bioquímicos, antropométricos e dietéticos de indivíduos em abstinência recente de crack e cocaína.

• Efeitos das linhaças marrom e dourada nos parâmetros lipídicos, inflamatórios, oxidativos, hormonais e ósseo e na composição corporal de adolescentes com excesso de peso.

• Influência de componentes dietéticos sobre a composição corporal de indivíduos portadores ou não de síndrome metabólica, atendidos em um serviço especializado de nutrição.

• Relação entre o nível de atividade física e de variáveis socioeconômicas com a adiposidade e satisfação corporal em universitários.

• Análise do consumo de bebidas alcóolicas e cigarros pelos universitários da Universidade Federal do Espírito Santo.

Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 Seção de atenção à saúde e assistência social (UFES, 2018b)

Setor responsável por coordenar ações da política de seguridade social da UFES nas áreas de saúde e assistência. Atua na implementação de práticas de cuidado e atenção à saúde dos servidores e estudantes no Campus de Alegre. Junto a esse setor, obteve-se as seguintes atividades:

- Atividades continuadas (para atender todos os alunos e servidores do Campus Alegre)

- Serviço de psicologia
- Serviço de odontologia

- Serviço de enfermagem
- Serviço social: com duas assistentes sociais
- Serviço médico: dois médicos para realizar as perícias e avaliações de saúde do trabalhador e para realizar atendimento aos alunos e servidores
- Distribuição de preservativos
- Realização de exames periódicos dos servidores

- Atividades eventuais

- Testagem gratuita de Hepatite em parceria com a Prefeitura Municipal de Alegre
- Testagem gratuita de HIV em parceria com a Prefeitura Municipal de Alegre
- Palestras sobre Saúde Mental
- Evento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)
- Evento sobre Prevenção do Câncer

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2018b.

3.4 Seção de gestão de pessoas

A Seção de Gestão de Pessoas coordena, executa e controla as políticas referentes à Gestão de Pessoas, com vistas a sua manutenção e o seu desenvolvimento.

- Organização anual da Semana do Servidor (programação variada que inclui oficinas, atividades culturais, palestras educativas, ações voltadas para a saúde e qualidade de vida dos servidores ativos e aposentados).

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2017

3.5 Outras atividades ligadas às Metas da ODS 3, em andamento:

- Copa Primavera de Futsal
- Copa Ufes de Futsal
- Aulas de yoga

3.6 Evento ligado às metas da ODS 3, já realizado:

- Ciclo de Palestras Bem-Estar (Temas das palestras: “Depressão e ansiedade”, “Importância das

atividades físicas na qualidade de vida do estudante”, “Cuidando da Saúde do Corpo e da mente” e Espiritualidade). Esse evento foi aberto a toda comunidade externa à UFES.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar as ações de Desenvolvimento Sustentável que estão sendo desenvolvidas no Campus Alegre da Universidade Federal do Espírito Santo relacionadas à Saúde e Bem-estar, foram encontrados sete Projetos de Extensão, que são direcionadas à comunidade local e sete Projetos de Pesquisa cuja grande maioria abrangem mais a comunidade acadêmica.

Também realizou-se cinco atividades eventuais durante o ano de 2018 que contribuíram para o Bem-estar dos servidores e acadêmicos, que não estavam registradas em projetos de extensão.

Constatou-se atividades importantes desempenhadas pela Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social (SASAS) e pela Seção de Gestão de Pessoas, de Alegre, fundamentais na busca pela saúde e bem-estar de todos os servidores e acadêmicos.

5 RECOMENDAÇÕES

Com o número atual de profissionais e o espaço físico de que dispomos, o atendimento aos usuários fica limitado, o que reduz o alcance das ações no Campus. A SASAS poderia ampliar sua atuação se obtivesse pelo menos mais um profissional de psicologia, de odontologia e de enfermagem, um espaço físico adequado para realização de encontros de grupos e palestras, profissionais de educação física, nutrição, pedagogia, farmácia, fonoaudiologia e fisioterapia ou terapia ocupacional, verba para efetivação de programas como prevenção ao tabagismo e ao câncer, acesso aos dados epidemiológicos compilados pelo SIASS com relação à saúde dos servidores. Sugere-se, também, a implementação de uma enfermaria com instrumentos, equipamentos e local adequados para a realização de procedimentos básicos de enfermagem e de medicina, o que implicaria na reestruturação do serviço.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS. **Suicídio de pós-graduando da UERJ levanta questões sobre saúde mental na pós-graduação**. 2017. Disponível em: <<http://www.anpg.org.br/suicidio-de-pos-graduando-da-uerj-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos-graduacao/>>. Acesso em 18 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico**. 2017. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2017>>. Acesso em 26 jun. 2018.

GARCIA, E. **Marketing na saúde** – humanismo e lucratividade. Goiânia: AB Editora, 2005.

GEWIN, V. *Under a cloud: Depression is rife among graduate students and postdocs*. **Nature**. 490, p. 299-301, out/2012, doi:10.1038/nj7419-299a. Disponível em: <<https://www.nature.com/naturejobs/science/articles/10.1038/nj7419-299a>>. Acesso em 01 jul. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde: Indicadores de saúde e mercado de trabalho**. 2013a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97329.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional de Saúde: Percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. 2013b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2018.

_____. **Indicadores ODS**. 2018. Disponível em: <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo/objetivo?n=3>>. Acesso em 12 jun. 2018.

MORAES, M. C.; LA TORRE, S. **Sentipensar sob o olhar autopoietico: estratégias para reencantar a educação**. São Paulo: PUC/SP, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/sentipensar_autopoietico.pdf>. Acesso em 05 jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods3/>>. Acesso em 22 mai. 2018.

_____. **Investimento em saúde mental cresce em ritmo insuficiente, denuncia OMS 2018**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/investimento-em-saude-mental-cresce-em-ritmo-insuficiente-denuncia-oms/>>. Acesso em 18 jul. 2018.

NOGUEIRA, M. G.; SOUZA, G. O.; ROSÁRIO, L. A. S. Política Pública de saúde e sustentabilidade socioambiental: gestão social frente à relação sociedade-natureza. **Sociedade em Debate**, v. 18, n. 2, p. 41-53, 2013. P. 51.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**. 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%Bade/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

_____. **A ONU e a saúde**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/saude/>>. Acesso em 17 jun. 2018.

PEDROSA, A. S.; CAMACHO, L. A. B.; PASSOS, S. R. L.; OLIVEIRA, R. V. C. Consumo de álcool entre estudantes universitários. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 27(8), p. 1611-1621, ago, 2011.

ROCHA, Evangelista. Saúde e objetivos de desenvolvimento sustentável. **Revista Factores de Risco**, n. 45, p. 12-19, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31353/1/Saude_e_objetivos.pdf>. Acesso em 17 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Campus de Alegre. **Sasas**. 2018b. Disponível em: <<http://www.alegre.ufes.br/sasas>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Campus de Alegre. **Semana do servidor**. 2017. Disponível em: <<http://www.alegre.ufes.br/sgp/semana-do-servidor>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **Ações de Extensão**. 2018a. Disponível em: <<http://siex1.ufes.br/siex/PesquisarAcaoExtensao.do?dataTermino=DD%2FMM%2FAAAA&tipoBolsa=1&status=5&d-16544-p=2&codMembro=&areaTematicaAfim=0&page=0®istro=&dataInicio=DD%2FMM%2FAAAA&membro=&departamento=&tipo=&linhaExtensao=0&Submit=Pesquisar&grandeArea=0&palavraChave=&unidade=ou%3Dcca%2Cou%3Dstructure%2Cdc%3Dufes%2Cdc%3Dbr&areaTematica=0>>. Acesso em 30 jun. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Documentos Temáticos**. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos—ods-1--2--3--5--9--14.html>>. Acesso em 22 mai. 2018.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Labor de la Comisión de Estadística en relación con la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. 2017. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/Global%20Indicator%20Framework_A.RES.71.313%20Annex.Spanish.pdf>. Acesso em 30 jun. 2018.

OBJETIVO GLOBAL #4

Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

#GlobalGoals

UN Photo / Kibae Park

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE QUALIDADE

Maria Luiza Leal Domingos Guimarães¹

¹E-mail: mllldg@bol.com.br

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada pela desigualdade social, isto se reflete também, ao acesso à educação que desde a época do império era privilégio dos detentores do poder. Com o passar do tempo, esta realidade foi se transformando e a educação passou a ser mais acessível a todos. De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal, a educação é:

...direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1988).

Esclarecendo ainda mais Vieira (2009, p. 23) diz que “a educação, tal como a saúde e a segurança são políticas sociais de largo alcance que, em geral, envolvem muitas dimensões e protagonistas”, o que nos leva a refletir sobre a sua importância na construção de uma sociedade com mais oportunidade para todos.

Nesse contexto, destaca-se a agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável, propõem, em seu objetivo 4, melhorar a educação em todo o mundo. Conforme Nações Unidas no Brasil (ONUBR, 2015), o lema desse objetivo é “educação de qualidade”, e a Meta principal é “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. É preciso estar atento as influências e implicações dos organismos internacionais nas políticas públicas brasileiras, que induzem os ideais neoliberais pela via do financiamento e da gestão.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil em 2015, a taxa de alfabetização das pessoas acima de 5 anos ou mais de idade, é de 92%. Desses, 91,7% são homens e 92,3% são mulheres. No estado do Espírito Santo, 94,0% das pessoas são alfabetizadas, desses 94,9% são homens e 93,3% são mulheres (IBGE,2015).

Quanto ao número de alunos matriculados no ensino superior de acordo com Censo da Educação Superior 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil temos 8.048.701 estudantes universitários, no Espírito Santo são 154.393 alunos, destes 30.183 estavam matriculados em instituições públicas (INEP, 2017).

A ideia de educação inclusiva começa a ganhar força a partir do ano 2000, desde então a concepção de que alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deveriam ser matriculados em escolas separadas dos ambientes regulares de ensino perdem força, pois acabavam promovendo a exclusão dessas pessoas. Entende-se que educação inclusiva deverá ser aquela que atenda a todos, inclusive os alunos com necessidades educacionais especiais de forma a desenvolver suas habilidades e torná-los inseridos na educação escolar e na

sociedade. Segundo Magalhães e Cardoso (2011, p. 13) “em sociedades democráticas, a educação representa um direito de toda população, incluindo, assim, as pessoas com deficiência”.

A educação é direito de todos, além de ser obrigatoriamente ofertada pelo Estado, como determina a lei, e ser inclusiva, também deve ser uma educação de qualidade capaz de transformar a vida dos educandos e das comunidades na qual estão inseridos. Reforçando e complementando esta ideia o Plano Nacional de Educação (PNE) diz que, [...] “a busca pela equidade e pela qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos” (BRASIL,2014).

Uma forma de redução das desigualdades e promoção de oportunidades para todos está contemplada na Meta 8 do PNE (2014), segundo esse plano, a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao IBGE deverá ser igualada, e os jovens de 18 a 29 anos das populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, deverá ter sua escolarização aumentada no mínimo para 12 anos de estudo até 2024.

Este trabalho tem como objetivo descrever as ações que desenvolvidas na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus de Alegre, no ano de 2018, que estejam relacionadas com as Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030.

As informações deste trabalho foram fornecidas pelas Pró-Reitorias de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Reitoria de Extensão da Ufes, Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social (SASAS) e Secretaria Única de Graduação (SUgrad), considerando apenas as atividades que estavam devidamente registradas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel da educação no desenvolvimento sustentável

É muito comum na atualidade, se ouvir sobre desenvolvimento sustentável, mas na sociedade capitalista em que vivemos onde o consumismo ainda é muito presente na vida das pessoas até mesmo das menos favorecidas financeiramente, fica cada vez mais difícil gerenciar a sustentabilidade.

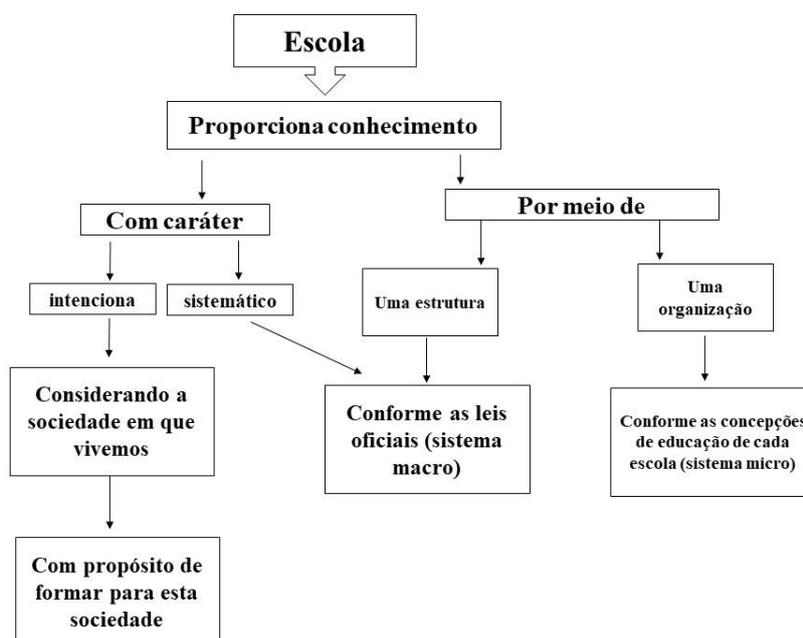
Só existe desenvolvimento se este for sustentável, pois se for insustentável tende a acabar. Quem o sustenta é a Biosfera da qual dependemos para sobreviver, desta forma para que seja sustentável, tem que se levar em conta os limites da natureza (CAVALCANTI, 2012). Uma forma de despertar nos cidadãos a importância de um desenvolvimento sustentável está relacionado com a educação, pois é através dela que irá fortalecer uma consciência voltada para o crescimento sustentável, onde cada

cidadão tenha conhecimento que seu consumo deve ser de tal forma, que as gerações futuras não sejam prejudicadas devido ao mal-uso dos recursos por esta geração.

O desenvolvimento, para ser sustentável, deve usar os recursos renováveis a um ritmo inferior ao da sua reprodução; e os não renováveis, procurando investir os rendimentos deles obtidos para o desenvolvimento científico e tecnológico no sentido de encontrar substitutos renováveis para os recursos não renováveis (CAVALCANTI, 2012, p. 185).

Para colaborar com esta formação consciente em relação a sustentabilidade é fundamental o papel da família, da comunidade e da escola. A Figura 1, mostra como a escola se estrutura.

Figura 1: A organização da instituição de ensino (sistema micro).



Fonte: Extraído de Luiz e Silva (2011, p.63)

Antes da sociedade moderna, a formação das jovens gerações era responsabilidade da comunidade, da família e da igreja (LUIZ; SILVA, 2011). Com a estruturação da escola, várias leis foram surgindo para que esta instituição fosse legalizada e fosse garantida sua oferta de forma ampla a todos os indivíduos.

O capítulo III da Constituição de 1988, foi destinado somente à Educação, intitulado “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, este capítulo compreende dos artigos 205 ao 214. Assim dispõe a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 e art. 207 (BRASIL, 1988):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
[...]

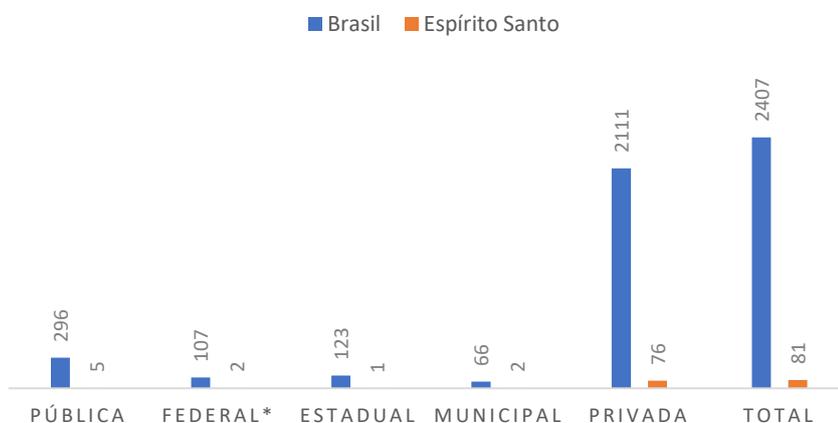
Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2.1.1 Ensino Superior

No início de 2003 teve início a expansão da Rede Federal de Educação Superior, provocando a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios no Brasil atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, 2010).

A Figura 2, demonstra o número total das instituições de educação superior no Brasil e no Espírito Santo em todas as suas redes, no ano de 2016. Percebe-se que tanto no Brasil quanto no Espírito Santo o número de instituições privadas são as que prevalecem.

Figura 2: Número de Instituições de educação superior no Brasil e no Espírito Santo no ano de 2016.

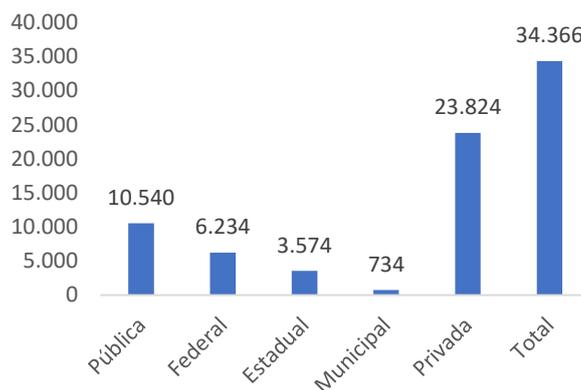


* São consideradas Instituições de Educação Superior Federal a UFES e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Fonte: (INEP, 2017).

A Figura 3, mostra o número de cursos de graduação presencial e a distância no Brasil em 2016, os números revelam que a maioria dos cursos ainda estão concentrados nas redes privadas.

Figura 3: Representa o número de cursos de graduação no Brasil em 2016.



Fonte: (INEP,2017)

A Figura 4, revela o número de alunos matriculados e que concluíram o ensino superior na modalidade presencial e a distância no Brasil no ano de 2016. A rede privada continua na liderança com o maior número de matrículas e de concluintes.

Figura 4: Número de matrículas e de concluintes, nos cursos de graduação em 2016, no Brasil.



Fonte: (INEP,2017)

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

A UFES possui quatro *campi* universitários: Goiabeiras e Maruipe, em Vitória; em Alegre, sul do Estado; e São Mateus, ao norte. Na graduação são 102 cursos presenciais e nove na modalidade a distância. Na pós-graduação são 26 cursos de doutorado, 48 cursos de mestrado acadêmico, sete mestrados profissionais e um profissional de Ensino à distância (EAD).

Em Alegre são dois centros universitários: Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAIE) e Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS). Atualmente os Centros oferecem 17 cursos de Graduação, 8 Mestrados e 3 Doutorados.

Em consulta ao Sistema de Informação para o Ensino (SIE), da Pró-Reitoria de Graduação, através do Relatório número 11.02.04.99.17, verificou-se o total de 2.421 alunos matriculados na UFES nos dois centros de Alegre. Na pós-graduação, no período 2018/1 tem-se um total de 358¹ alunos matriculados.

3.1 Educação especial na perspectiva da educação inclusiva

A educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, deve ser ofertada nas instituições públicas e privadas e estas devem estar preparadas para receber todos os tipos de alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, pois estes deverão estar inseridos em escola regulares.

A Constituição Federal em seu artigo 207, inciso III garante o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), também trata da educação inclusiva, para LDB entende-se como educação especial “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). O documento Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, traz a seguinte definição para educação especial.

Art. 3º. [...] proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2001, p.1).

Com a leis que rege a educação cada vez mais inclusiva, abre-se um novo leque na Educação Especial e na agenda acadêmico-científica (VASQUES, 2016). Segue a autora dizendo: “O direito à educação garante acesso irrestrito à escolarização. Os direitos à igualdade e à diferença reorganizam os serviços, os conceitos, a ‘geografia das pesquisas’, com seus relevos, fronteiras e lacunas” (VASQUES, 2016, p.25).

Na Educação Superior ainda é um grande desafio para os docentes a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais. Isso ocorre porque não é só uma garantia de vagas, mas ainda

¹ Os dados foram coletados nas secretarias das Pós-graduações: Agroquímica; Ciências Florestais; Ciências Veterinárias; Ciências e Tecnologia de Alimentos; Engenharia Química; Ensino, Educação básica e formação de professores; Genética e Melhoramento; Produção Vegetal.

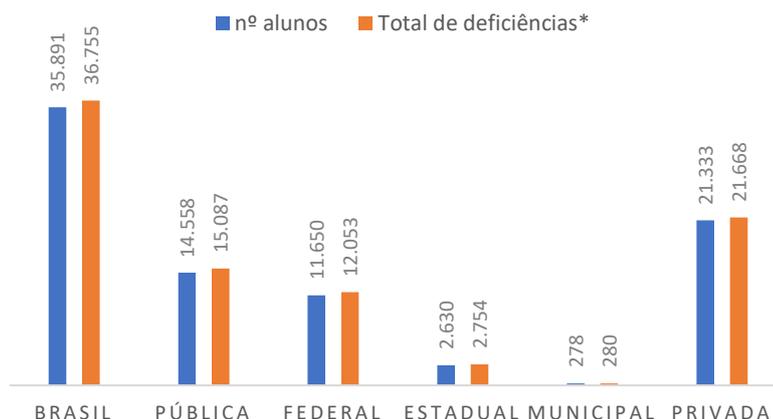
falta estruturas e suportes que sustentem tanto o acesso como a permanência destes alunos no ensino superior (MAGALHÃES, 2013).

A universidade ainda enfrenta alguns desafios no que se refere a uma educação inclusiva, pois por mais que busque mecanismos para auxiliar ao discente com necessidades educacionais especiais estes ainda são insuficientes para assistir o aluno especial em todas as suas necessidades.

Realizar adaptações não invalida a busca de estratégias para pensarmos acerca das interações sociais estabelecidas pelos alunos com deficiência no Ensino Superior. A presença desses alunos na universidade coloca ou (deveria colocar) em xeque as concepções estereotipadas de deficiência que tendem a enfatizar os rótulos e implicam na reprodução de relações de poder presentes na sociedade. (MAGALHÃES, 2013, p. 53).

A Figura 5, ilustra o total de pessoas com deficiência matriculadas no ensino superior no Brasil, a maioria destes estão concentrados na rede privada enquanto que a minoria cursa em instituições municipais.

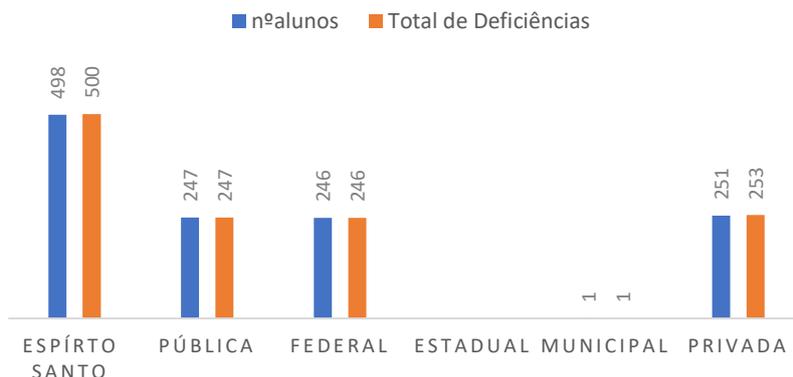
Figura 5: número total de pessoas com deficiência matriculadas na graduação no Brasil no ano de 2016.



* O mesmo aluno pode ter mais de um tipo de deficiência.
Fonte: (INEP, 2017).

A Figura 6, explana sobre o número de estudantes com deficiência que estão matriculados na educação superior no Estado do Espírito Santo. Assim como no Brasil os números revelam que este público está mais concentrado na rede privada.

Figura 6: Número de alunos deficientes matriculados na graduação no Espírito Santo.



Fonte: (INEP, 2017)

3.2 Indicadores de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela agenda 2030

Os indicadores instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU), para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Educação de qualidade, que estão em conformidade com Instituições de Ensino Superior estão relacionados no quadro 1.

Quadro 1: Indicadores instituídos pela ONU para as metas do objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da Agenda 2030 que se relacionam com as IES.

OBJETIVOS:	INDICADORES:
4.3. Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	4.3.1. Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo
4.5. Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	4.5.1. Índices de paridade (mulher/homens, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros quintis de renda e outros como população com deficiência, população indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.

Continuação

<p>4.7. Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>4.7.1. Em que medida (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados a todos os níveis de: a) políticas nacionais de educação; b) currículos escolares; c) formação dos professores e d) avaliação dos alunos</p>
--	---

Fonte: United Nations Statistics Division (UNSD), 2017.

No Brasil, até o momento, somente um indicador (4.5.1) está pronto, outros indicadores relacionados à Educação estão sendo elaborados, outros não possuem dados ou estão sem metodologia global.

4 ATIVIDADES REALIZADAS NO CAMPUS DE ALEGRE

4.1 Projetos de pesquisa

1. A Inclusão e as práticas Educativas na Educação profissional.
2. Análise e estudo sobre a formação docente para educação no campo em diferentes contextos do Sul capixaba.
3. Cartografando a Educação de surdos, deficientes auditivos e surdo cegos na região do Caparaó-ES-MG.
4. Educação ambiental: uma estratégia multidisciplinar como processo de ensino-aprendizagem.
5. Educação bilíngue para surdos: Políticas e práticas no Estado do Espírito Santo.
6. Linguagem no Ensino de Química: Aspectos da formação docente.
7. Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) no ensino de ciências: Análise da utilização dos resultados do PAEBES como melhoria das práticas pedagógicas nas escolas municipais de Marataízes – ES.
8. Polo de Educação Ambiental da Mata Atlântica: Um espaço não-formal para o ensino de ciências.
9. Prática docente e a formação do professor: reflexões sobre o ser professor nos cursos de Licenciatura do CCENS/UFES.

10. Processos formativos na Licenciatura em Química: O Programa Institucional de 11 Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e as narrativas autobiográficas.

11. Representação social de “Educação Ambiental” e sua relação com as Ciências Naturais para alunos de Ensino Médio da Rede pública Estadual no município de Guaçuí – ES.

12. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aplicadas à Educação matemática.

4.2 Projetos de extensão

1. Capacitação de docentes do ensino público em geoconservação.

2. Elaboração de atlas virtual como ferramenta pedagógica no ensino integrado de histologia no Centro de Ciências Agrárias – UFES.

3. Formação continuada dos Profissionais de Educação do Campo: Macrocentro "Sul" e "Extremo Sul".

4. Formação de professores em libras – Previsto para 2º semestre – 2018/2.

5. I Semana Acadêmica de Matemática da UFES/Alegre.

6. Info Mais – Informática para quem quer aprender mais (INFO+).

7. Info Mais – Informática para quem quer aprender mais (continuação).

8. Museu de história natural do Sul do estado do Espírito Santo: Ações para popularização do conhecimento científico.

9. Pré IFES social.

10. Preparando estudantes para o mercado de trabalho.

11. Programa UFES social.

12. Grupo de Estudo Étnico-Racial e Educação (GEERE).

13. Seminário de diversidade e ações afirmativas.

4.3 Bolsas de monitoria

4.3.1 Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAIE)

1. Entomologia básica.

2. Apoio ao ensino de cálculo diferencial e integral em ciências agrárias.

3. Apoio ao ensino pesquisa e extensão das disciplinas de anatomia veterinária I e II.

4. Apoio ao ensino, pesquisa e extensão da disciplina de didática e da disciplina de política educacional e organização da educação básica.

5. Desenho técnico.

6. Microbiologia.
7. Disciplinas fisiologia animal e bioclimatologia animal.
8. Álgebra linear para ciências agrárias.
9. Análise de alimentos; bromatologia e princípios de conservação de alimentos.
10. Bioestatística.
11. Educação e inclusão e fundamentos da língua brasileira de sinais.
12. Estatística básica.
13. Estatística experimental.
14. Imunologia.
15. Microbiologia de alimentos e higiene na indústria de alimentos.
16. Patologia e parasitologia.
17. Química de alimentos I e química de alimentos II.
18. Tecnologia de carnes.
19. Tecnologia de frutas e hortaliças, bioquímica de processamento de alimentos e biotecnologia de alimentos e bebidas.
20. Processos químicos.
21. Projeto de iniciação à docência através da disciplina de microbiologia veterinária, imunologia veterinária.
21. Projeto de iniciação à docência através das disciplinas de clínica médica de animais de companhia e diagnóstico por imagem.
23. Projeto de iniciação à docência por meio das disciplinas relacionadas as áreas de clínica e reprodução de animais de produção.
24. Projeto de monitoria para auxílio nas disciplinas de fitopatologia básica (dpv05382), fitopatologia aplicada (dpv05381) e patologia florestal (dpv05395).
25. Projeto para o programa integrado de bolsas - Geomática I.

4.3.2 Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS)

1. Álgebra linear com recursos computacionais e aplicações
2. Apoio didático em disciplinas de matemática básica.
3. Apoio pedagógico para a aprendizagem dos conceitos básicos de química.
4. Auxílio no ensino.
5. Construção de atividades para ensino de química com foco no protagonismo estudantil.
6. Histologia e anatomia vegetal.

7. Iniciação à docência através das disciplinas de farmacobotânica e microbiologia.
8. Física c, física III e fundamentos de física III.
9. Biologia celular.
10. Disciplinas de estrutura de dados I.
11. Programação I.
12. Ecologia para a biologia da conservação.
13. Cálculo a/cálculo I.
14. Disciplinas teóricas do ciclo profissional.
15. Fisiologia humana, fisiologia experimental e patologia da nutrição e dietoterapia I.
16. Fundamentos de física I e afins.
17. Fundamentos de física II e afins.
18. Genética.
19. Matemática básica.
20. Química orgânica.
21. Química orgânica I.
22. Biotecnologia.
23. Cálculo b/II.
24. Cálculo de várias variáveis.
25. Ecologia básica.
26. Física experimental II e afins.
27. Lógica computacional I.
28. Morfologia animal.
29. Organografia e sistemática vegetal.
30. Química analítica.
31. Vetores e geometria analítica.
32. Zoologias.
33. Laboratório 1 da física.
34. Projeto de iniciação à docência através da disciplina bioquímica

4.4 Outras atividades que contemplam os dois centros:

4.4.1 Acessibilidade – NAUFES

O Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES) foi criado por meio da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário como proposta do então Secretário de Inclusão Social, Prof. Antonio Carlos

Moraes, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.

4.4.2 Assistência estudantil

De acordo com informações obtidas na Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social (SASAS), 1131 alunos estão cadastrados na assistência estudantil em Alegre, estes recebem um auxílio de R\$ 50,00 para material de consumo. Os estudantes cadastrados também contam com empréstimo estendido de livros (enquanto os alunos não cadastrados podem ficar com livros por 21 dias os cadastrados podem ficar com os livros por até 30 dias). Além destes auxílios sete estudantes que tem filhos recebem o auxílio educação infantil no valor de R\$ 200,00 por um período de quatro meses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado deste estudo vem confirmar a importância do papel da educação para o desenvolvimento sustentável, o ODS 4 propõe ações que deverão ser cumpridas até 2030.

Os dois Centros da UFES localizados em Alegre, vem promovendo ações que contribuem para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 e suas respectivas Metas. Estão vigentes 12 projetos de pesquisa, 13 projetos de extensão e 59 bolsas de monitoria, estes projetos ajudam a disseminar o conhecimento e oferecer oportunidades de estudo a um grande grupo de pessoas. Contudo, ainda são poucos projetos diante do que o Brasil, como país membro, precisa alcançar até o ano de 2030.

Para proporcionar a inclusão na educação, há um núcleo de acessibilidade e para garantir a equidade dos estudantes, há acesso aos serviços oferecidos por um setor específico.

Apesar dessas ações contribuírem com o alcance dos Objetivos propostos pela Agenda 2030, sabe-se que muitas outras melhorias ainda devem ocorrer, pois apesar da existência de atividades realizadas na Universidade, ainda há grande deficiência nos serviços para comunidade externa à UFES relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 22 maio 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº9.394**. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em 22 mai 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 22 maio 2018

CAVALCANTI, C. Só existe desenvolvimento sustentável: A economia como parte da natureza. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. do (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 440 p. p. 185-198.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil em Síntese. Alegre ES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/alegre/panorama>>. Acesso em 22 mai. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1187>>. Acesso em 22 mai. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 16 jun. 2018

LUIZ, Maria Cecília; SILVA, Flávio Caetano da. **Políticas públicas, legislação e organização da escola**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2011. 80, [1] p. (Coleção UAB-UFSCar)

MAGALHÃES, R. de C. B. P. Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: Reflexões sobre a docência universitária. In: MELO, F. R. L. V. (Org.). **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal, RN: EDUFRN, 2013. 328 p. p. 47-55.

MAGALHÃES, R. de C. B. P.; CARDOSO, A. P. L. B. Educação especial e educação inclusiva: conceitos e políticas educacionais. In: _____. **Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente**. Brasília: Liber Livro, 2011. P.13-33

ONUBR. Nações Unidas do Brasil. **Agenda 2030**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>>. Acesso em 22 mai. 2018. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). **Expansão**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81>. Acesso em: 19 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **Ufes em números**. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ufes-em-n%C3%BAmeros>> em: 19 jun. 2018

UNSD. United Nations Statistics Division. **Labor de la Comisión de Estadística en relación con la agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible**. 2017. Disponível em:

<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/Global%20Indicator%20Framework_A.RES.71.313%20Annex.Spanish.pdf>. Acesso em 01 jul. 2018.

VASQUES, C.K. A produção acadêmico-científica sobre escolarização de alunos com transtornos globais do desenvolvimento (2000-2012): Uma leitura adúltera sobre os sujeitos e as (im)possibilidades de ensinar e aprender. In: VICTOR, S. L.; OLIVEIRA, I. M. de (Orgs.).

Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: concepções e práticas educativas. Marília, SP: Abpee, 2016. 178 p. p. 15-27.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola**. 2. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2009.



CAPÍTULO IV

IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO ÀS MULHERES

Cristiano Dutra¹

¹E-mail: c.dutra84@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A busca por um mundo pacífico, próspero e sustentável possui como base a igualdade de gênero. O conceito de gênero é complexo e de difícil entendimento, Carvalho e Rabay (2015) relatam que o conceito de gênero é ainda de difícil compreensão de uma forma geral, apesar de ser debatido e ressignificado no campo dos estudos feministas. A partir de sua generalização, tem se tornado praticamente sinônimo de “sexo” na linguagem comum e até mesmo na acadêmica.

Igualdade de gênero significa que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e deveres, porém a disparidade no tratamento ainda é grande, as mulheres historicamente ainda são menos valorizadas pela sociedade do que os homens.

Importantes conquistas e avanços foram promovidos pelo Brasil em diversos aspectos envolvendo as mulheres, citando alguns deles podemos destacar conforme a Organizações das Nações Unidas Brasil (ONU, 2017) a criação da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que busca coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e a Lei 13.104/2015 – Lei do Femicídio, que institui como crime hediondo o assassinato de mulheres ocorridos em caso de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

De acordo com Souza (2009), no mundo e no Brasil ainda há uma grande disparidade entre os gêneros, apesar dos consideráveis incrementos na participação da mulher em vários setores, como o crescimento da escolarização feminina, a participação econômica, a expansão do conhecimento sobre questões sexuais, o melhor enfoque nas condições de saúde, dentre outros.

Devido à disparidade existente entre os gêneros, o empoderamento feminino tornou-se um dos objetivos destacados pela ONU para a agenda 2030 com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O empoderamento que segundo a ONU (2016) consiste em realçar a importância de que as mulheres adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-las nesse processo, de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas próprias aspirações.

Dessa maneira, o objetivo proposto no referido documento, é buscar a garantia plena dos direitos das mulheres e meninas no país, principalmente nos campos econômico; político e representatividade; educação; saúde; e enfrentamento à violência contra as mulheres (ONU, 2017).

Pode-se demonstrar a diferença ainda existente atualmente por meio de alguns índices apresentados. No aspecto econômico, por exemplo, de acordo com o IBGE (2015), em 2013 as mulheres despendiam em média 23,8 horas semanais contra 10,4 horas semanais dos homens nas tarefas domésticas e de cuidado.

Em relação ao empoderamento político e representatividade, segundo o TSE (2014), nas eleições do mesmo ano, a proporção de candidatas femininas ficou abaixo do mínimo de 30% estipulado pela legislação eleitoral. Na educação, de acordo com o IBGE (2015), em 2013, apenas 12,8% das mulheres negras possuíam acesso ao ensino superior, contra 23,8% das mulheres brancas. Já na saúde, de acordo com o relatório anual socioeconômico da mulher, elaborado por BRASIL (2015) em 2011, a taxa de mortalidade materna para cada 100 mil nascidos vivos era de 68,8 para mulheres negras e 50,6 para mulheres brancas. Em relação ao enfrentamento à violência contra as mulheres, o mapa da violência de acordo com Waiselfisz (2015) relata que entre 2003 e 2013 o número de assassinatos de mulheres aumentou 21%.

Com base no exposto, neste trabalho buscou-se descrever as atividades executadas na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Campus Alegre, que estejam relacionadas com as Metas estabelecidas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, que diz respeito à igualdade de gênero e empoderamento feminino, proposto pela Agenda 2030. Para a realização deste estudo, foram realizados diversos levantamentos nos setores administrativos da UFES no ano de 2018. Investigou-se, ainda, informações demonstrassem a participação geral das mulheres em nível nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A sustentabilidade com o passar dos anos ganha mais importância, pois se vive em um mundo dependente dos recursos naturais, os quais estão cada vez mais ameaçados principalmente em consequência das ações humanas. Os impactos negativos são evidentes e caso não mudemos este cenário, comprometeremos seriamente as gerações futuras.

Na busca por mudanças, os chefes de Estado, de Governo e altos representantes se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York nos dias 25 a 27 de setembro de 2015, decidiram sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais. Essa decisão histórica com abrangência universal gerou a implementação da agenda 2030 (ONU, 2015). De acordo com a ONU (2017), o objetivo de Desenvolvimento sustentável 5 (ODS 5) – Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar todas as Mulheres e Meninas, dá continuidade aos trabalhos que já vinham sendo realizados pelo Estado Brasileiro, como a Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a

Mulher (CEDAW), o Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e a Plataforma de Ação de Pequim, todos esses trabalhos buscam construir a igualdade de gênero e os direitos de todas as mulheres.

As importantes conquistas e avanços a respeito da igualdade de gêneros no Brasil foram levados em consideração no ODS 5, porém este documento vai além e responde a desafios que permanecem como obstáculos à garantia plena dos direitos das mulheres e meninas no país nos seguintes campos: Empoderamento Econômico; Empoderamento Político e Representatividade; Educação; Saúde e Enfrentamento à violência contra as Mulheres (ONU, 2017).

2.1 Empoderamento econômico

Busca a igualdade dos gêneros em relação aos recursos econômicos, atua na valorização do trabalho doméstico e na responsabilidade compartilhada dentro e fora do lar. De acordo com a ONU Mulheres (2018) os direitos econômicos e sociais das mulheres representam o conjunto de direitos em que menos se avançou no mundo nas últimas décadas.

A ONU Mulheres (2018) complementou que no Brasil, nos últimos anos, foram implementadas uma série de políticas econômicas e sociais que impulsionaram o avanço das mulheres brasileiras, sendo elas, as maiores beneficiárias do conjunto de políticas de inclusão social de renda. Porém os desafios ainda permanecem, pois, a diferença entre os gêneros na parte econômica ainda é acentuada.

A seguir, na Tabela 1 serão apresentados os dados em relação ao percentual de pessoas desocupadas por sexo.

Tabela 1: Distribuição percentual de pessoas desocupadas por sexo.

Localidade	Mulheres	Homens
Brasil	51%	49%
Espírito Santo	50%	50%

Fonte: Adaptado de IBGE (2018a)

Já na Tabela 2 serão apresentados os dados do rendimento mensal por sexo.

Tabela 2: Rendimento médio mensal, por sexo.

Localidade	Mulheres	Homens
Brasil	R\$ 2.052,00	R\$ 2.618,00
Espírito Santo	R\$ 1.844,00	R\$ 2.365,00

Fonte: IBGE (2018a).

2.2 Empoderamento político e representatividade

Uma das metas do quinto objetivo proposto pela ONU (2015) é “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”. Esta meta é uma das poucas que possui indicadores no Brasil

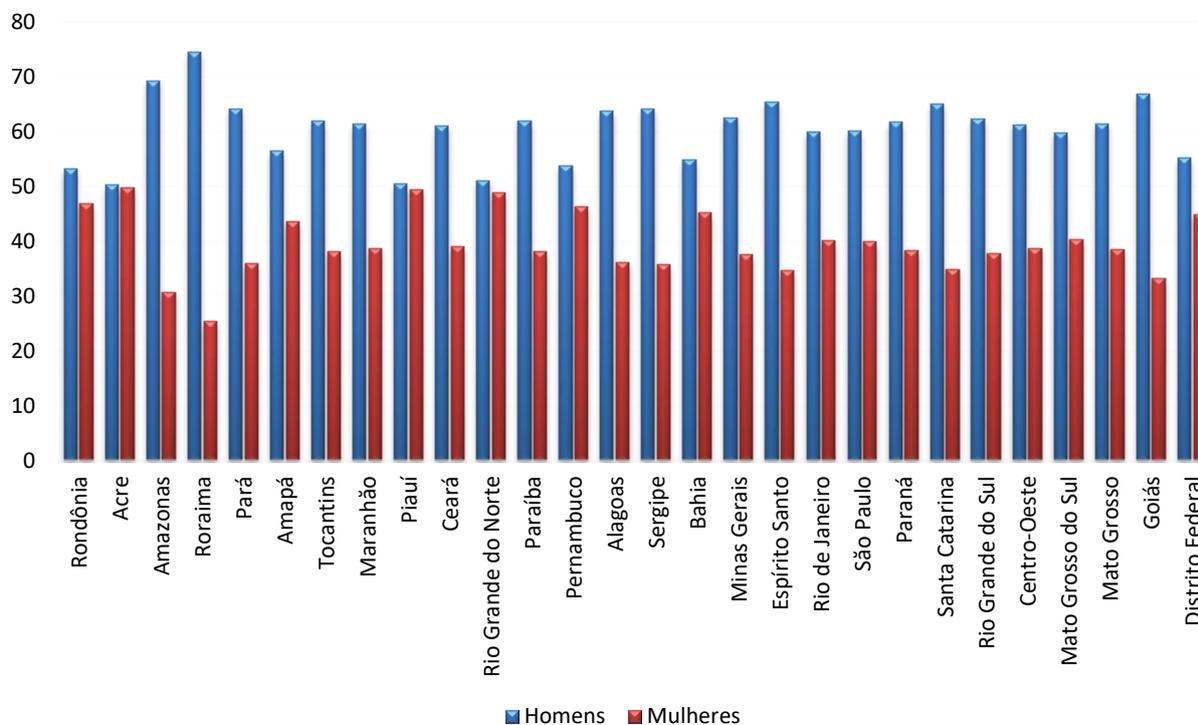
Nesse sentido, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (2016), no Brasil foi criada a Lei 12.034/2009 a qual estabelece que, nas eleições proporcionais, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo estabelece que nas eleições proporcionais, cada partido ou coligação

Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública é uma das poucas metas desse objetivo que possuem indicadores produzidos. Os indicadores são: Proporção de assentos ocupados por mulheres em parlamentos nacionais e governos locais; Proporção de mulheres em posições gerenciais.

No Brasil, a proporção de mulheres em posições gerenciais é de 39%. No Espírito Santo, o percentual é de 34%. O Estado do Piauí é o que possui a proporção maior de mulheres em posições gerenciais, chegando a 49% (IBGE, 2018b).

Na Figura 1, são demonstrados os percentuais da proporção de mulheres em posições gerenciais em todos os Estados brasileiros.

Figura 1: Proporção de mulheres em posições gerenciais no Brasil.



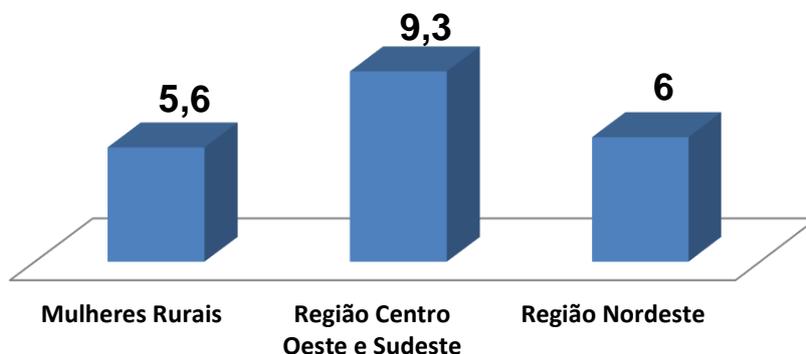
Fonte: IBGE (2018b).

2.3 Trajetória da mulher na educação

A trajetória da mulher na educação conforme Ristoff (2007) pode ser considerada extraordinária, pois houve grande transformação nesse sentido. No período colonial a mulher possuía uma educação no lar voltada para o lar, no século 19 possuía uma participação tímida nas escolas públicas, posteriormente passou a ser presença significativa na docência do ensino primário, hoje a mulher é presença majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior.

Nota-se que a escolarização feminina no geral é maior que a masculina, porém há uma disparidade entre a mulher do campo e da cidade, a questão regional e racial também é fator de diferenças em relação à educação. Conforme IBGE (2015) as mulheres negras estudam menos do que as brancas em todas as regiões. Na Figura 2 é demonstrada a média de anos em estudo das mulheres.

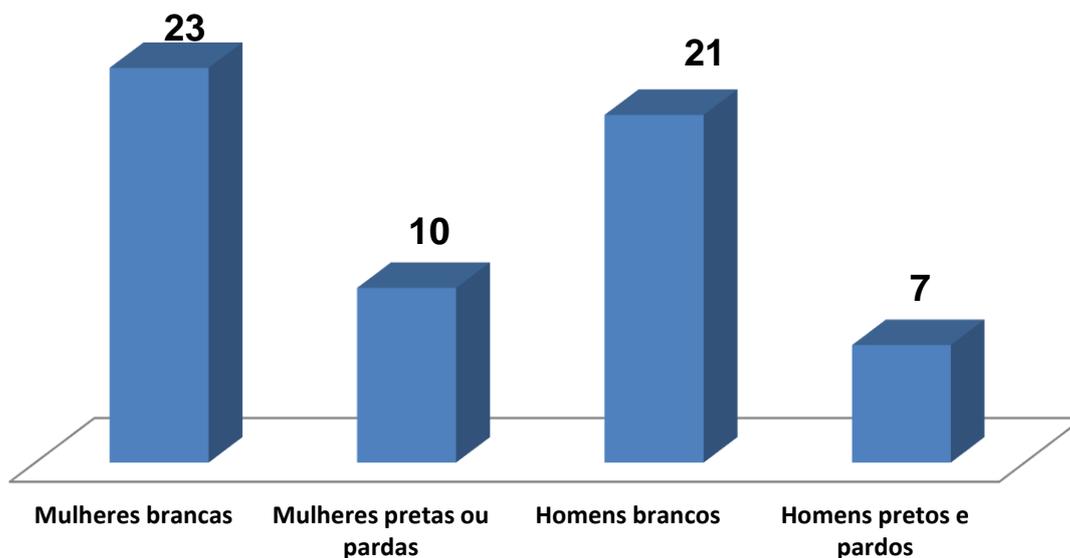
Figura 2: Média de anos em estudo das mulheres.



Fonte: Adaptado de IBGE (2015).

Percebe-se que no ensino superior a presença feminina em relação à presença masculina também é maior. Porém há uma disparidade entre as mulheres brancas em relação às mulheres pretas e pardas, chegando as primeiras, possuírem um percentual de 225% superior às mulheres pretas e pardas conforme a Figura 3.

Figura 3: População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo (%).



Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

2.4 A saúde feminina

Apesar dos avanços das políticas de saúde da mulher no Brasil e dos esforços dispensados para concretização das propostas elaboradas, ainda há um grande caminho a percorrer. As dificuldades em concretizar essas políticas estão diretamente relacionadas a não compreensão e/ou valorização por parte dos gestores de saúde e a não incorporação pelos profissionais de saúde do conjunto de ações possíveis para uma assistência integral e não somente voltada para o período gravídico puerperal (QUERINO, 2017).

De acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2015) os dados de mortalidade materna de 2011 no Brasil eram de 63,9 mortes por 100 mil nascidos. Ao desdobrarmos este número, é possível perceber que as mulheres negras possuem uma taxa de 68,8 e as mulheres brancas possuem 50,6.

2.5 A violência contra as mulheres

A violência contra mulher é uma preocupação mundial, no Brasil, políticas e ações articuladas buscam protegê-las da melhor forma possível, com a meta de eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas, meta esta que vai ao encontro dos objetivos sustentáveis da ONU.

De acordo com Waiselfisz (2015), a taxa de assassinatos de mulheres brancas caiu 11,9% (de 3,6 por 100 mil brancas, em 2003, para 3,2 em 2013). Porém, as taxas das mulheres negras cresceram 19,5%, passando, no mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil negras.

3 RESULTADOS

A Tabela 3 apresenta os números referentes à participação das mulheres em toda a UFES.

Tabela 3: Presença das mulheres em toda UFES.

Ocupação	Feminino Quantidade	Feminino Percentual	Masculino Quantidade	Masculino Percentual
Alunos Matriculados	11.309	54%	9.638	46%
Servidores	2.044	51%	1996	49%
Cargos de Chefia				
Técnico	132	51%	129	49%
Administrativo				
Cargos de Chefia				
Docentes	111	43%	146	57%

Fontes: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) – UFES (2018a); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) – UFES (2018b).

No campus de Alegre encontra-se números e as ações que corroboram com os ODS 5, buscando a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher. Inicialmente destacam-se os projetos de extensão e pesquisa que colocam as mulheres em foco, analisando as suas necessidades e melhorando a sua qualidade de vida. Os projetos são destacados a seguir no Quadro 1.

Quadro 1: Projetos realizados na UFES - Campus de Alegre que contribuem com o ODS 5.

Projeto	TIPO
Efeito do consumo de linhaças marrom e dourada sobre parâmetros antropométricos, bioquímicos e permeabilidade intestinal de mulheres com excesso de peso em fase de perimenopausa.	Projeto de Pesquisa
Influência das linhaças marrom e dourada sobre o perfil lipídico, inflamatório e estresse oxidativo em mulheres com excesso de peso na perimenopausa.	Projeto de Pesquisa
Promoção da Saúde de Mulheres Dependentes Químicas Institucionalizadas.	Projeto de Extensão
Programa de Promoção à Saúde da Mulher.	Projeto de Extensão

Fontes: Pró-Reitoria de Extensão (Proex) – UFES (2018c); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) – UFES (2018d).

Ressalta-se o Projeto realizado pelo Município de Alegre e possui parceria com a UFES, o qual se chama Feira da Mulher Empreendedora, composta por mulheres artesãs, as quais expõem os seus

produtos nas feiras do próprio município e nos municípios em seu entorno. Proporcionando assim o empoderamento social e econômico às mulheres participantes.

Na Tabela 4, estão os números que demonstram a presença das mulheres na UFES, Campus de Alegre.

Tabela 4: Presença das mulheres no Campus da UFES em Alegre.

Ocupação	Feminino Quantidade	Feminino Percentual	Masculino Quantidade	Masculino Percentual
Alunos Matriculados	1.542	50%	1.517	50%
Técnico Administrativo	74	51%	71	49%
Professores	102	44%	131	56%
Alunos contemplados assistência estudantil	666	59%	465	41%
Cargos de Chefia	46	47%	51	53%
Cargos de Diretoria de Empresas Junior	5	71%	2	29%
Responsáveis por Projetos de Extensão	46	49%	48	51%

Fontes: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan) – UFES (2018a); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) – UFES (2018b); Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social (SASAS) – UFES (2018e).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030, abordam aspectos relacionados às mulheres e meninas nos campos econômico, político e representatividade, educação, saúde e enfrentamento à violência, demonstrando que a busca pela igualdade de gênero é um objetivo que tem movimentado o mundo inteiro.

No Brasil, apesar de importantes conquistas já realizadas nesse sentido, a desigualdade entre os gêneros ainda é acentuada. Na busca para atender os ODS propostos da Agenda 2030, percebe-se que o Brasil ainda possui dificuldades na definição dos indicadores, que são imprescindíveis para avaliar os resultados das ações que visam a igualdade de gênero.

Em relação às ações realizados na UFES em geral, no ano de 2018, percebe-se que a participação das mulheres é expressiva. No Campus Alegre, o número de alunas é superior ao de alunos. O Campus Alegre ainda apresenta um significativo resultado de mulheres ocupantes dos cargos de Chefias, encarregadas e coordenadoras, com 47% de mulheres nesses cargos. Percentual maior que a média encontrada para o Brasil e para o Estado do Espírito Santo.

A presença da mulher na UFES, também é marcante em outras áreas como, por exemplo, na autoria de Projetos de extensão e pesquisas, cujas temáticas envolvem as mulheres

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. SPM. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília: SPM, 2015.

CARVALHO, M. E. P. de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Rev. Estud. Fem.** Vol.23 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000100119&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 12 de jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) – 2013**. Brasília: IBGE, 2015.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD Contínua) – 2016**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=18971&t=sobre>>. Acesso em: 02 de jul. 2018.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) – 1º trimestre 2018**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=21240&t=destaques>>. Acesso em: 03 jul. 2018a.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicadores**. Objetivo 5 – Igualdade de Gênero. Disponível em: <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo/objetivo?n=5>>. Acesso em 02 de jul. 2018b.

NASSAR, L. **Dia Internacional da Mulher: mulheres são maioria na UFES. 2018**. Disponível em: <<http://www.ufes.br/conteudo/dia-internacional-da-mulher-mulheres-s%C3%A3o-maioria-na-ufes>>. Acesso em: 28 de jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

_____. **Documentos temáticos**. 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>>. Acesso em: 30 de jun. 2018.

_____. **Glossário de termos ODS 5**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

_____. **ONU Mulheres. Empoderamento Econômico**. 2018. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/empoderamento-economico/>>. Acesso em: 30 de jun. 2018.

QUERINO, A B. **O que é saúde da mulher e qual a contribuição da Enfermagem para área**. 2017. Disponível em: <<https://www.iespe.com.br/blog/saude-da-mulher/>>. Acesso em 10 de jun. 2018.

RISTOFF, D. **A trajetória da mulher na educação brasileira**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/202-264937351/5710-sp-1216879868>>. Acesso em: 10 de jun. 2018.

SOUZA, A. F. de. **Igualdade de Gênero: Da educação à profissão**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/igualdade-de-genero-da-educacao-a-profissao/28525#ixzz5ICxa7gGY>>. Acesso em: 12 de jun. 2018.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Estatísticas eleitorais**. 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

_____. **Eleições 2016: Mulheres representam mais de 30% dos candidatos**. 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/eleicoes-2016-mulheres-representam-mais-de-30-dos-candidatos>>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

WAISELFISZ, Júlio J. **Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Proplan. 2018. Disponível em: <<http://www.proplan.ufes.br/>>. Acesso em 05/07/2018a.

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – Progep. 2018. Disponível em: <<http://www.progep.ufes.br/>>. Acesso em 05/07/2018b.

Pró-Reitoria de Extensão – ProEx. 2018. Disponível em: <<http://www.proex.ufes.br/>>. Acesso em 07/07/2018c.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG. 2018. Disponível em: <<http://www.prppg.ufes.br/>>. Acesso em 07/07/2018d.

Seção de Atenção à saúde e Assistência Social (SASAS). 2018. Consultado em 27/06/2018e.



CAPÍTULO V

ATIVIDADES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO FRENTE ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

Ligiane Bornela de Souza¹
Elaine Cristina Gomes da Silva²
Nilton Cesar Fiedler³
Lucas José Teodoro Lobato⁴

¹E-mail: lg.bornela@gmail.com

²E-mail: elaine.g.silva@ufes.br

³E-mail: nilton.fiedler@ufes.br

⁴E-mail: lucaslobato17@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os resultados da exploração inadequada dos recursos naturais, pelo homem, têm gerado grandes impactos ambientais, sobretudo após o século XIX. Ao perceber que sua qualidade de vida e o desenvolvimento da sua economia estão prejudicados, a humanidade passa de expectadora das alterações no clima para participante dela.

Inicia-se, então, discussões mundiais sobre os problemas relacionados a degradações ambientais, em especial àquelas ocasionadas por mudanças climáticas antropogênicas, ou seja, as que estão associadas às ações humanas como a queima de combustíveis fósseis para a geração de energia, o desmatamento e as práticas insustentáveis em agricultura e pecuária que influenciam o aquecimento global, provocando alterações no sistema climático do planeta.

O desafio para enfrentar as causas e consequências das mudanças climáticas é imensamente complexo e emergencial para a atual geração. “Trata-se de um fenômeno complexo, multidisciplinar e abrangente e, de uma forma ou de outra, em maior ou menor escala, suas consequências afetarão a todos, em todos os lugares” (TAMAIIO, 2013).

A World Wide Fund (WWF) afirma que as temperaturas mundiais poderão sofrer, até o final do século, um aumento de 1,4°C a 5,8°C em relação à era pré-industrial, caso nada seja feito para minimizar esse mal. Ressalta-se que esse aumento é suficiente para causar impactos na segurança alimentar, energética e hídrica, gerar um aumento no nível do mar, nas tempestades e ondas de calor, intensificar as secas, chuvas e inundações e ameaçar ecossistemas naturais, áreas urbanas e rurais (WWF-BRASIL, 2018).

Para o Brasil, Blank (2015) assegura que as previsões indicam elevação na temperatura de até 4°C no interior do país e de até 3°C, no litoral até 2100. O aumento da temperatura média no planeta é real e segundo modelos climáticos, se manter esse ritmo, a quantidade de dias ininterruptos de estiagem irá aumentar e a alta da temperatura poderá afetar a segurança alimentar do país e trazer prejuízos para a agricultura.

No Estado do Espírito Santo (ES), Regoto et al. (2015) previnem condições mais quentes e mais secas no futuro sobre o Estado, principalmente na região norte. Para o final do século, e considerando-se o cenário pessimista, há um aumento em torno de 5°C nas temperaturas máxima e mínima média em todo o estado. Possivelmente, também, haverá redução em até 50% no total pluviométrico anual e no total de chuvas intensas, bem como um aumento na duração de dias secos no norte do Estado.

Com o propósito de estimular o mundo a se tornar mais sustentável, em janeiro de 2016, entrou em vigor a Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), que é um contrato

social pactuado pelos líderes mundiais, inclusive o Brasil, constituído de uma lista de metas a serem feitas em nome dos povos e do planeta, estabelecida em 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) (ONU, 2015). Dentre esses objetivos destaca-se o 13º ODS, que visa tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.

Nessa perspectiva, o cenário climático atual exige que a sociedade adote novos estilos de vida mais sustentáveis com o meio ambiente, mudanças culturais no uso e na apropriação dos recursos e fontes de energia e, sobretudo, na descoberta de diferentes comportamentos em relação à manutenção da vida na Terra (TAMAIIO, 2013). Destaca-se, então, o papel das Instituições de Ensino Superior (IES), como agente influenciador dessas mudanças necessárias. Conforme Botega, Schumacher e Pinto (2018), as IES caracterizam-se como instituições com natureza jurídica de autarquia, que lhes conferem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Uma educação voltada para o Desenvolvimento Sustentável deve expressar algumas características: ter como objetivo a aquisição de valores, ser holística e interdisciplinar, desenvolver o pensamento crítico, incentivar a participação nos processos de tomada de decisão e estar alinhada com as peculiaridades da vida local (VIEGO E CABRAL, 2015).

De acordo com Madeira (2008), as IES devem contribuir para o desenvolvimento sustentável, em suas práticas, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, pela responsabilidade intelectual que possuem.

Com base no exposto, o objetivo deste trabalho foi identificar as atividades de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Campus de Alegre, referente ao ano 2018, que estejam na perspectiva das Metas do 13º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de combate à mudança global do clima, proposto na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

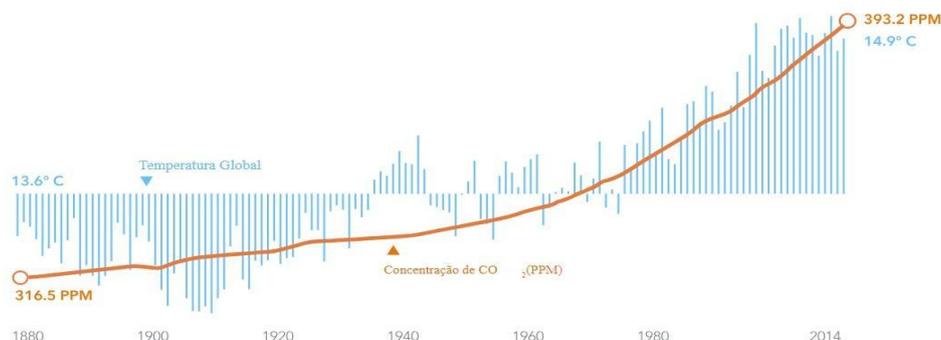
2.1 Mudanças climáticas

A industrialização trouxe um modelo de desenvolvimento e de padrões de consumo que se mantem na excessiva utilização de combustíveis não renováveis, elevando os níveis de dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e outros gases causadores do efeito estufa que provocam as mudanças climáticas (TAMAIIO, 2013).

As alterações do clima são os maiores desafios nos dias de hoje e, seus efeitos negativos, minam a capacidade dos países de alcançar o desenvolvimento sustentável (WWF-BRASIL, 2018). A Figura

1 mostra as temperaturas globais médias anuais desde 1880, bem como a concentração de dióxido de carbono.

Figura 1: Temperatura média global e concentração de dióxido de carbono.



Fonte: Instituto Clima e Sociedade (2018).

Padrões climáticos, referenciados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), afirmam que se não ocorrerem mudanças globais para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa, as temperaturas da superfície aumentarão no intervalo entre 1,1 e 6,4°C, compreendido nos anos de 1990 e 2100, impondo graves ameaças ao meio ambiente (TAMAIIO, 2013).

Cientistas do *Goddard Institute for Space Studies/ National Aeronautics and Space Administration* (GISS/ NASA) concluíram que o ano de 2017 foi o terceiro mais quente da história, sendo que as análises mostraram que os cinco anos mais quentes, já registrados, ocorreram desde 2010. Considerando que os locais das estações meteorológicas e as práticas de medição alteram com o tempo, estima-se que a mudança média global de 2017 seja exata para 0,1°F, com um nível de certeza de 95%. A temperatura média da superfície do planeta aumentou cerca de 2°F no último século, uma alteração causada, sobretudo, pelo aumento do dióxido de carbono e outras emissões de gases (GISS/ NASA, 2018).

A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) dos Estados Unidos (2018) ratifica que, a temperatura média mundial em 2017 foi de 1,51°F e que foi o 41º ano consecutivo, desde 1977, com temperaturas terrestres e oceânicas acima da média do século XX; sendo que os seis anos mais quentes registrados para o planeta ocorreram desde 2010.

Diante da incerteza e da imprevisibilidade do caos que a sociedade mundial vivencia, é imperativo repensar uma nova relação entre o homem e a natureza (BLANK, 2015), como a queima de combustíveis fósseis para geração de energia, o desmatamento e as práticas insustentáveis em agricultura e pecuária que influenciam o aquecimento global, provocando alterações no sistema climático do planeta.

Atualmente, os que mais causam a emissão de gases de efeito estufa são os países desenvolvidos. Contudo, os países em desenvolvimento vêm aumentando significativamente suas emissões. No ranking, o primeiro lugar é ocupado pela China, seguido pelos Estados Unidos, União Europeia e Brasil (WWF-BRASIL, 2018).

Esse aumento de concentração é consequência da exploração inadequada dos recursos naturais pelo homem. É certo que os impactos ambientais decorrentes dessa ação afetarão a todos. No entanto, para os países em desenvolvimento, que contribuíram menos para o problema, a mudança climática “poderá representar um grande desafio, pois não dispõem de recursos para mitigação e adaptação, limitando ainda mais seus esforços na construção de uma sociedade sustentável” (TAMAIIO, 2013, p. 23).

2.1.1 Mudanças climáticas no Brasil

Ainda que a colaboração do Brasil, para a concentração global de gases seja menor que a dos países industrializados, a contribuição devido a queimadas e desmatamento é alta (BLANK, 2015).

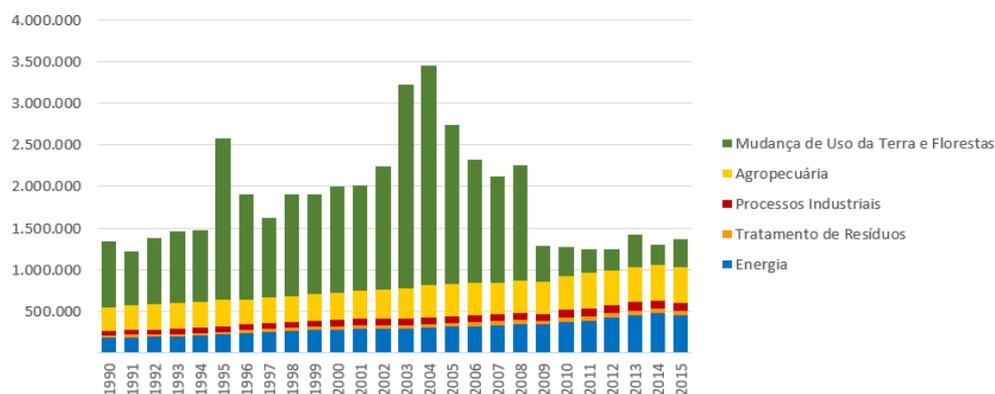
Segundo a WWF-BRASIL (2018), os altos índices de desmatamento e o uso insustentável e não planejado do solo são os grandes responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa no Brasil e faz do país um dos líderes mundiais. Isso se explica porque os ecossistemas naturais e as florestas são grandes reservatórios e sumidouros de carbono, por sua capacidade de absorver e estocar CO₂. Quando ocorre incêndio ou uma área é desmatada, esse carbono estocado é liberado, colaborando para o aquecimento global e o efeito estufa.

O Instituto Clima e Sociedade (ICS) afirma que as emissões de gases de efeito estufa por outras atividades como agropecuária e geração de energia também tem aumentado, consideravelmente, ao longo dos anos.

A agricultura e a energia ocuparam, respectivamente, o segundo e o terceiro lugares. Apesar de o desmatamento ocupar um posto histórico como principal responsável pelas emissões de CO₂ em nosso país, em 2014 as emissões no setor de energia chegaram ao mesmo patamar, o que sinaliza que ele ameaça o futuro do Brasil de baixo carbono (ICS, 2018).

A evolução das emissões brutas de gases de efeito estufa no Brasil, entre 1990 e 2015, é possível ser observado na Figura 2:

Figura 2: Emissão de gases de efeito estufa no Brasil, por setor, entre 1990 e 2015, em milhões de toneladas.



Fonte: Educaclima, Ministério do Meio Ambiente (2018).

Em 2015, no Brasil, as emissões totais de gases foram de 1,368 bilhão de toneladas de CO₂. O pico ocorreu em 2004, quando foram lançadas à atmosfera 3,453 bilhões de toneladas, principalmente devido às elevadas taxas de desmatamento ilegal. Porém, é possível observar que após 2005 houve queda de emissão de gases, relacionado ao setor de mudança de uso da terra e florestas.

Oliveira e Nobre (2008) afirmam que a agropecuária será bastante afetada pelas mudanças climáticas, tanto pelo mau uso da terra quanto pelo aumento das temperaturas.

“As elevações de temperatura e de precipitação não serão benéficas para a agricultura, no que se refere ao tamanho das áreas aptas para o cultivo. Projeta-se que o maior impacto relativo ao aumento de temperatura poderá ser sentido pela soja” (OLIVEIRA e NOBRE, 2008, p. 15).

2.2 Políticas públicas para mudanças climáticas

A mudança do clima é o resultado de um processo de acúmulo de gases de efeito estufa, que vem desde a Revolução Industrial. Para combater e se adaptar às mudanças climáticas, o Brasil desenvolve uma série de ações. A principal delas está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 225, que assegura a preservação do meio ambiente. E para resguardar o meio ambiente, mundialmente são elaboradas políticas públicas, tais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Lançada em Copenhague, a Iniciativa em Mudança Climática da UNESCO une-se com outros órgãos da ONU para auxiliar os Estados membros a avaliar os riscos de desastres naturais causados pela mudança climática, bem como controlar os efeitos dessas mudanças, afim de promover economias de baixo carbono, através do uso sustentável de fontes de energia renovável (UNESCO, 2018).

Em dezembro de 2015 foi assinado o Acordo de Paris que objetiva fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes

dessas mudanças. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e de garantir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C (CONSILIUM, 2018).

No país, ainda, há várias ações governamentais, atos multilaterais relativos ao meio ambiente e políticas federais que visam à redução de emissões de gases, regulamentam e dão outras providências relacionadas a práticas ambientais, conforme Tabela 1 (EDUCACLIMA, 2018).

Tabela 1: Atos multilaterais relativos ao meio ambiente vigentes no Brasil desde 2015.

IDENTIFICAÇÃO DOS ATOS MULTILATERAIS	ENTRADA EM VIGOR NO BRASIL
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	13/05/2005
Emendas ao protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, aprovadas em Montreal, em 17/09/97, ao término da nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3/12/99, por ocasião da Décima Reunião das Partes	28/09/2004
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)	14/09/2004
Emendas ao protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio	23/09/1997
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	21/03/1994
Acordo Constitutivo do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais (Ata de Montevideú)	23/06/1993
Emenda ao protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio	30/12/1992
Ajuste ao protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio	07/03/1991
Protocolo sobre substâncias que destroem a camada de ozônio	17/06/1990

Fonte: Extraído do IBGE (2017).

As consequências diretas e indiretas das mudanças climáticas, “despertaram a participação de organizações não governamentais brasileiras e, acadêmicos em fóruns, e instâncias de discussão de políticas públicas” (TAMAIIO, 2013, p. 26) como, por exemplo, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/09. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), em conjunto com outros órgãos, articula acordos com a comunidade internacional, apoia e desenvolve estudos e projetos relacionados à preservação do meio ambiente (MMA, 2018).

A mudança global do clima é um dos mais significativos desafios da atualidade e é fundamental que as políticas públicas atendam as demandas e anseios da sociedade brasileira, “no sentido da tomada de consciência, das alterações de posições socioambientais equivocadas para viabilizar a transição para uma sociedade de baixo carbono, uma sociedade mais sustentável” (TAMAIIO, 2013).

3 METODOLOGIA

Este trabalho é classificado como um estudo de caso, com abordagem exploratória, descritiva e qualitativa. Também é documental, pois se baseou nos registros da UFES, que fora a fonte de dados obtida por meio de solicitações aos setores competentes, a saber: Pró Reitoria de Pesquisa e Pró Reitoria de Extensão.

Analisou-se todos os Projetos de pesquisa e extensão ativos no ano de 2018, referente ao Campus de Alegre, que estivessem em consonância com as Metas estabelecidas no ODS 13 da Agenda 2030, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Metas do Objetivo 13 da Agenda 2030.

META 13.1*: Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.	
Indicador ODS Global relacionado à temática ambiental	13.1.2* Número de países que adotam e implementam a redução nacional de risco de desastres, estratégias em conformidade com o Sendai Estrutura, para Redução do Risco de Desastres 2015-2030. 13.1.3 Proporção de governos locais que adotam e implementam estratégias de redução de risco de desastres locais em linha com Estratégias nacionais de redução de risco de desastres.
META 13.2: Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.	
Indicadores do Objetivo Estratégico	Estimativas de emissões nacionais de gases efeito estufa Redução do consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio.
Indicadores PPA	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa no PIB real Emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o setor Energia Emissões antrópicas de gases de efeito estufa para o setor Mudança no Uso da Terra e Florestas Emissões antrópicas de gases de efeito estufa para Processos Industriais Emissões antrópicas de gases de efeito estufa para Tratamento de Resíduos
Indicador ODS Global relacionado à temática ambiental	13.2.1 Número de países que comunicou o estabelecimento ou operacionalização de política/estratégia/plano, que aumenta a capacidade de se adaptar aos impactos das mudanças climáticas e clima favorável, resiliência e baixo efeito estufa, desenvolvimento de emissões de maneira que não ameaça a produção de alimentos (incluindo um plano nacional de adaptação, contribuição e comunicação nacional ou outro).
META 13.3: Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.	
Indicadores do Objetivo Estratégico	Número de pessoas formadas sobre mudança do clima e florestas.
Indicador ODS Global relacionado à temática ambiental	13.3.1 Número de países que têm mitigação integrada, adaptação, impacto redução e alerta precoce em primário, currículos secundários e terciários. 13.3.2 Número de países que têm o fortalecimento de institucional, sistêmica e individual, capacitação para implementar adaptação, mitigação e tecnologia transferência e ações de desenvolvimento.

Continuação

Continuação

META 13.A: Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização.	
Indicador ODS Global relacionado à temática ambiental	13.a.1 Quantidade mobilizada em dólares dos Estados Unidos, por ano, entre 2020 e 2025 responsável pelos US\$ 100 bilhões comprometimento.
META 13.B: Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.	
Indicadores do Objetivo Estratégico	Número de municípios com vulnerabilidade à mudança do clima.

*indicação das Metas e indicadores, conforme consta no documento original da Agenda 2030.

Fonte: Extraído do MMA (2018).

Após a verificação do enquadramento das atividades nas metas da Agenda 2030, foi observado se tais atividades do Campus enquadravam-se nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para alcançar os 17 Objetivos da Agenda 2030. Tais indicadores, são os adotados pelo Ministérios do Planejamento e fornecem subsídios para o acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional, oferecendo um panorama abrangente de informações necessárias ao conhecimento da realidade do País (IBGE, 2015).

4 ATIVIDADES REALIZADAS NO CAMPUS DE ALEGRE

De 95 projetos de extensão ativos do período investigado, não foi encontrado nenhum projeto que estivesse com consonância com as Metas da ODS 13. Quanto aos 245 projetos de pesquisa ativos no Campus de Alegre, 10% do total estavam relacionados ao ODS 13, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Projetos de pesquisa ativos relacionados com o ODS 13, no Campus de Alegre.

Projeto	Título do projeto	Meta
1	Dinâmica da vegetação e relação com ocorrência de incêndio no bioma cerrado	13.b
2	Influência dos efeitos climáticos nas geleiras peruanas e seus efeitos no fluxo de água na bacia amazônica	13.2
3	Potenciais impactos das mudanças climáticas globais sobre o estabelecimento de doenças em essências florestais no Brasil	13.1
4	Avaliação das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais e testes de eficiência de retardantes de fogo em florestas plantadas	13.b

continua

AGENDA 2030 NA GESTÃO PÚBLICA:
PRÁTICAS E DESAFIOS EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

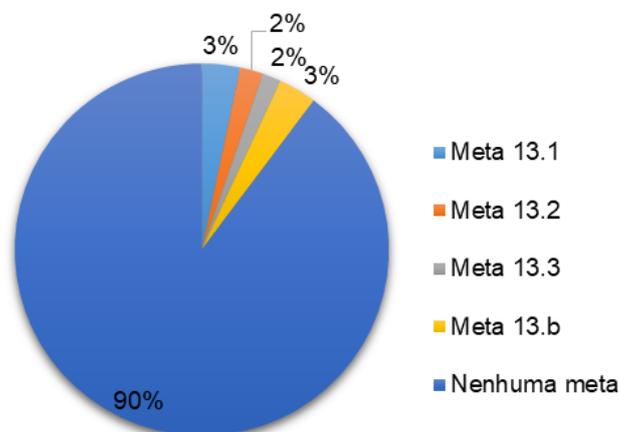
continuação

5	Utilização do índice padronizado de precipitação para classificação da seca na escala mensal e anual no Estado do Espírito Santo	13.1
6	Avaliar efeito da deficiência hídrica sobre a produtividade de duas culturas agrícolas no Estado do Espírito Santo – ES considerando as mudanças climáticas	13.b
7	Matéria orgânica do solo e potencial de emissão de C-CO2 em diferentes agroecossistemas	13.b
8	Mapeamento de áreas verdes urbanas e avaliação da influência no microclima da cidade de Cachoeiro de Itapemirim/ES	13.b
9	Mudanças climáticas globais e seus impactos no desempenho ecofisiológico de espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica	13.3
10	Estimativa da evapotranspiração de referência a partir de dados meteorológicos limitados para a região Sudeste do Brasil	13.b
11	Análise de modelos de riscos de incêndios florestais por meio de focos de calor	13.b
12	Impacto das mudanças climáticas em espécies florestais	13.1
13	Alterações microclimáticas e respostas fisiológicas dos estratos vegetais em diferentes modelos de sistemas silvipastoris	13.1
14	Crescimento e produção de florestas nativas do bioma Amazônico	13.1
15	Crescimento e produção de florestas nativas e plantadas por meio de tecnologia laser aerotransportado	13.b
16	Modelagem Atual e Futura de Biomassa e Estoques de Carbono Associadas a Mudanças na Cobertura da Terra no Bioma Amazônia	13.2
17	Risco de lixiviação de agrotóxicos em áreas de aptidão edafoclimática para a cultura do eucalipto	13.3
18	Estimativa de variáveis biofísicas com uso de dados do landsat 8 na mata atlântica, sul do Espírito Santo	13.1
19	Efeito dos elementos climáticos na ocorrência de incêndios em florestas de produção de eucalipto	13.3
20	Estudo da influência das florestas na vazão de bacias hidrográficas do Espírito Santo	13.3
21	Investigação do potencial de espécies arbóreas para o desenvolvimento de boas práticas em sistemas silvipastoris	13.2
22	Crescimento de espécies florestais nativas e exóticas em Jerônimo Monteiro, ES	13.1
23	Dinâmica do estoque volumétrico, biomassa e carbono em uma floresta da mata atlântica, ES	13.1
24	Influência dos padrões climáticos <i>el niño/la niña</i> no ganho e perda de vegetação no bioma mata atlântica	13.2

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 3 apresenta a distribuição estatística dos projetos de pesquisa que estão relacionados com alguma das Metas do ODS13.

Figura 3: Distribuição estatística dos projetos de pesquisa relacionados com as metas do ODS 13.



Fonte: Os autores.

Todos os projetos estão ligados ao Centro de Ciências Agrárias e Engenharias da UFES, especificamente ligados aos cursos de graduação (Agronomia, Biologia e Engenharia Florestal) e Pós Graduação (Ciências Florestais e Produção vegetal).

Os projetos que se enquadram na meta 13.1 abordam, em sua maioria, pesquisas ligadas à área florestal, com destaque à proteção das florestas, alterações climáticas, mensuração e estudo da dinâmica das florestas. Projetos da meta 13.2 possuem abordagem dos impactos ambientais causados pelas mudanças climáticas em diferentes tipos de vegetação e a resposta destes ao meio.

Projetos da meta 13.3 estão relacionados, principalmente, com o estudo dos impactos causados pelas alterações climáticas na vegetação nativa, em áreas de plantio e nas bacias hidrográficas.

Projetos da meta 13.b relacionam-se com a proteção das florestas e sua dinâmica aos impactos ambientais, avaliação das mudanças climáticas em diferentes vegetações e o monitoramento de florestas nativas e plantadas. Acredita-se que em razão da atual crise econômica e política que o Brasil atravessa essa meta não teve nenhuma contemplação, pois requer investimentos e elaboração de políticas públicas para serem implementadas em todas as instituições. Contudo, é sabido por meio da Agenda 2030 que são necessárias muitas mudanças, em caráter de urgência, para que o mundo alcance as metas estabelecidas até o ano de 2030.

Comparando os resultados com os seis grupos de indicadores da dimensão ambiental do IBGE (2015) para as metas da Agenda 2030, observou-se 17% dos projetos de pesquisa da Tabela 2 enquadram-se no grupo de indicadores relativos à “terra”, especificamente no indicador “incêndios florestais”. Relevância desse indicador para o desenvolvimento sustentável:

Além dos danos à biodiversidade, da exposição do solo à ação das intempéries (intensificando processos erosivos) e do comprometimento dos recursos hídricos, há também a geração e a transferência para a atmosfera de grandes quantidades de gases de efeito estufa, especialmente CO₂ (IBGE, 2015, p.49).

Dos 24 projetos de pesquisa encontrados, 46% desses enquadram-se no grupo de Indicadores do IBGE relativos à “atmosfera”, especificamente ao indicador “Emissões de origem antrópica dos gases associados ao efeito estufa”. Relevância desse indicador para o desenvolvimento sustentável:

A rápida elevação das temperaturas no planeta pode levar a sérios transtornos climáticos e ambientais, com intensificação de secas, furacões e inundações, que causarão extinção de espécies (perda de biodiversidade), perdas agrícolas (aumento da fome), subida do nível do mar (alagamento de áreas costeiras), difusão de doenças (entre as quais cólera, malária, febre amarela e dengue), entre outros. (IBGE, 2015, p.17).

Convém sublinhar que, os Indicadores do IBGE foram elaborados visando orientar as instituições públicas e privadas a alcançar as metas da Agenda 2030 com base na realidade do Brasil, já que a Agenda 2030 é uma proposta única para todos os países membros, elaborada de modo geral, sem considerar as especificidades de cada país membro que assinou esse acordo. Assim, embora os projetos de pesquisa estejam enquadrados nas Metas do ODS 13, é importante que esses estejam de acordo com a realidade do Brasil, como demonstra os Indicadores do IBGE, para que todas as instituições trabalhem visando ações que favoreçam a sustentabilidade para o ano de 2030.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as metas estabelecidas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 da Agenda 2030, observou-se no Campus de Alegre que não houve projetos de extensão relacionados a nenhuma das metas. Dos 245 projetos de pesquisa analisados, apenas 24 se enquadram nas metas, ou seja, 10%. Os demais, não apresentaram nenhum tipo de relação com a temática das mudanças climáticas.

Notou-se, também, que dos 24 projetos que se enquadram no ODS 13, apenas 10% estão em consonância com os Indicadores que orientam como alcançar as metas estabelecidas no ODS 13.

Recomenda-se que as Instituições de Ensino Superior, em especial a UFES, desenvolvam mais atividades de extensão e pesquisa sobre as mudanças climáticas, visto que essa temática é um dos grandes desafios da atualidade, tornando-se imperativo a conscientização dos formadores de opinião e futuros profissionais.

6 REFERÊNCIAS

BLANK, Dionis Mauri Penning. **O Contexto das Mudanças Climáticas e as suas Vítimas**. Fortaleza, 2015. pág. 157-172.

BOTEGA, A. O.; SHUMACHER, D.L.; PINTO, N.G.M. O portal da transparência como estratégia de governança pública: a percepção dos gestores da UFSM e do IFFARROUPILHA. **Revista de Gestão Pública: práticas e desafios**. V. 10, n. 2, 2018.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 23 jun. 2018.

CONSILIUM. Conselho Europeu. Conselho da União Europeia. **Acordo de Paris sobre as alterações climáticas**. 2018. Disponível em: <<http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/timeline/>>. Acesso em 23 jun. 2018.

EDUCACLIMA. Ministério do Meio Ambiente. **Panorama das Emissões de Gases de Efeito Estufa e Ações de Mitigação no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://educaclima.mma.gov.br/2018/04/panorama-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-e-acoes-de-mitigacao-no-brasil/>>. Acesso em 30 jun.2018.

GISS-NASA. The NASA Goddard Institute for Space Studies. **Tendência de Aquecimento de Longo Prazo Continuação em 2017: NASA, NOAA**. 2018. Disponível em: <<https://www.giss.nasa.gov/research/news/20180118/>>. Acesso em 23 jun.2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2015: Dimensão Ambiental**. Rio de Janeiro, 2015. pág. 16-93.

ICS. Instituto Clima e Sociedade. **Desafios das Mudanças Climáticas**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 21 jun. 2018.

MADEIRA, A.C.F.D. Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior. 2008, 201p. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) – Universidade do Porto. Porto, 2008.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Fundo Amazônia**. 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-amazonia>>. Acesso em 23 jun. 2018.

_____. **Mudança do Clima e AbE**. 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento/mudan%C3%A7a-do-clima-e-abe>. Acesso em 23 jun. 2018.

_____. **Mudança do Clima**. 2018. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima>>. Acesso em 23 jun. 2018.

NOAA. Administração Nacional Oceânica e Atmosférica. Departamento de Comércio dos Estados Unidos. **NOAA: 2017 foi o ano mais quente já registrado para o mundo**. 2018. Disponível em: <<http://www.noaa.gov/news/noaa-2017-was-3rd-warmest-year-on-record-for-globe>>. Acesso em 23 jun. 2018.

OLIVEIRA, Gilvan Sampaio de. NOBRE, Carlos Afonso. Mudanças Climáticas in TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira (coo). RUTKOWSKI, Emília Wanda (org). **Mudanças Climáticas e Mudanças Socioambientais Globais: reflexões sobre alternativas de futuro**. Brasília, UNESCO, IBECC, 2008. pág. 15-31.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 05/ mai. 2018.

REGOTO, Pedro. DEREZYNSKI, Claudine. SILVA, Wanderson Luiz. CHAN CHOU, Sil. CONFALONIERI, Ulisses. **Projeções Climáticas para o Estado do Espírito Santo utilizando o Modelo Regional ETA Aninhado ao Modelo Global HADGEM2-ES**. Brasília, 2015. pág. 01-08.

TAMAIIO, Irineu. **Educação Ambiental & Mudanças Climáticas**. Diálogo necessário num mundo em transição. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. Série Educativa, Brasília, 2013. pág. 05-40.

UFES. **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG**. 2018. Disponível em: <<http://www.prppg.ufes.br/>>. Acesso em 07 jul. 2018.

_____. **Pró-Reitoria de Extensão – ProEx**. 2018. Disponível em: <<http://www.proex.ufes.br/>>. Acesso em 07 jul. 2018.

_____. **Departamento de Ciências Florestais e da Madeira**. 2017. Disponível em: <<http://www.florestaemadeira.ufes.br/>>. Acesso em 07 jul. 2018.

UNESCO. **Mudança Climática no Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/climate-change>>. Acesso em 21 jun. 2018.

VIEGO, S. F. S.; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 236-259, jan. 2015.

WWF-Brasil. **Mudanças Climáticas e Energia**. 2018. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/>. Acesso em 09 jun. 2018.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GLOBAL #15

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, das florestas; combater a desertificação, a degradação da terra e a perda de biodiversidade

#GlobalGoals

Foto: Embrapa/Unifil

CAPÍTULO VI

USO SUSTENTÁVEL E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Sergio Rodrigues Silveira¹
Cíntia dos Santos Bento²

¹E-mail: silveirasr@gmail.com
²E-mail: cintia_bento@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O aumento constante na busca por recursos naturais tem se tornado um problema para a preservação do meio ambiente. Um dos principais fatores que contribuem para esse impacto é o fato de os ecossistemas e a biodiversidade serem considerados como recursos inesgotáveis pelos modelos macroeconômicos convencionais dos governos na atualidade. O reflexo disso é a extinção de diversas espécies animais, aquáticas e terrestres, e a redução da superfície vegetal no planeta.

O Programa Internacional da Geosfera-Biosfera (2012) alerta que a diminuição dos ecossistemas e da biodiversidade resultará no impedimento de esforços futuros para alcançar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza, caso a humanidade prossiga nesse caminho de degradação ambiental.

A intervenção humana na natureza acelera consideravelmente o desaparecimento da biodiversidade. Também conhecida como diversidade biológica, a biodiversidade é um termo que teve origem na década de 1980. Seu significado está associado ao número de espécies de seres vivos que habitam o planeta, sejam animais, vegetais ou microrganismos. Entretanto, o estudo da diversidade dos seres vivos já era desenvolvido pelos naturalistas, durante suas expedições pelo mundo, ao descreverem a variedade de espécies que encontravam ao explorarem novos ambientes (SÃO PAULO, 2010).

As Organizações das Nações Unidas (ONU) (2018) alertam que entre os problemas que causam a extinção de espécies estão: as mudanças no clima, tráfico ilegal de animais e plantas silvestres, conflitos entre o homem e o meio ambiente, como também a destruição e degradação de habitats.

A primeira meta da Agenda 2030 ressalta a necessidade de promover a preservação e uso sustentável dos ecossistemas terrestres. O conceito de ecossistema está relacionado à interação dos organismos vivos com o ambiente inerte que os cerca, de onde extraem a energia necessária a sua manutenção e desenvolvimento.

De acordo com Odum (2001), a totalidade de organismos vivos que vivem em conjunto numa área determinada, interagindo com o ambiente físico de modo que forme uma corrente de energia direcionando a uma estrutura alimentar, a uma diversidade biótica e a ciclos de troca de materiais entre as partes vivas e não vivas, claramente definidas dentro de um sistema, forma um sistema ecológico ou ecossistema.

Andrade e Romeiro (2009) asseguram que é urgente e necessária a proteção dos ecossistemas, uma vez que são vitais para suportar a vida no planeta ao ajudarem na regulação climática, na formação dos solos, por mitigarem danos naturais, por sua capacidade de absorção de resíduos etc.

Outro aspecto que recebe atenção nas metas para 2030 é o combate à desertificação e a restauração de solos degradados. A desertificação é conceituada como áreas que estejam ficando parecidas com desertos ou como áreas desertificadas que estejam se expandindo. Muitos estudiosos atribuíram esse processo à ação da natureza e outros, à intervenção humana. Entretanto, essa polêmica tem importância prática significativa, uma vez que possibilita a formação de políticas e a aplicação de investimentos para combater esse processo (SOUZA, SILANS e SANTOS, 2004).

No Brasil, criou-se em 2016 a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de “internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030” (BRASIL, 2016). Trata-se de uma comissão de natureza consultiva com o intuito de articular, mobilizar e promover o diálogo entre os entes federativos junto com a sociedade civil.

Com base no exposto, relata-se neste trabalho, as atividades desenvolvidas na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus de Alegre, referente ao ano de 2018, que contribuem para a promoção do uso sustentável e preservação do meio-ambiente, conforme o que propõem a Agenda 2030 da ONU em seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15.

2 A AGENDA 2030 E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS TERRESTRES

Segundo a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (2015), o mundo sofreu uma redução em suas áreas de bosques na ordem de 129.135.000 hectares no período de 1990 a 2015, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Mudança na área florestal mundial, 1990-2015.

Ano	Área Florestal (milhares de ha)	Mudança anual líquida		
		Período	Área (milhares de ha)	Taxa* (%)
1990	4 128 269			
2000	4 055 602	1990-2000	-7 267	-0,18
2005	4 032 743	2000-2005	-4 572	-0,11
2010	4 015 673	2005-2010	-3 414	-0,08
2015	3 999 134	2010-2015	-3 308	-0,08

* Calculada como taxa de crescimento anual composta.

Fonte: Food and Agriculture Organization of the United Nations. Global Forest Resources Assessment. 1. ed. Rome: FAO, 2015.

Essas áreas de bosques são as que produzem a maior parte dos produtos florestais, bem como são responsáveis por serviços ambientais importantes, como: purificação da água, controle da erosão e a retenção de carbono.

De acordo com o mesmo autor, entre os países que reportaram sua diminuição nas áreas de bosques, o Brasil foi o maior responsável por essa redução no período de 2010 a 2015, totalizando 984 mil hectares.

No Espírito Santo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) apontou que as áreas remanescentes de Mata Atlântica permaneceram estáveis de 2012 a 2014. O percentual de área remanescente da floresta encontrado em 2012, que era de 12,2%, permaneceu o mesmo nos dois anos seguintes.

Entretanto, a situação do desmatamento da Mata Atlântica no Estado não permaneceu constante. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2017), o percentual remanescente da floresta caiu para 10,5%. No período 2015-2016, que registrou um desmatamento de 330 hectares, houve um acréscimo de 116% comparado ao período anterior, 2014-2015, que registrou 153 hectares desmatados. Nos dois períodos anteriores, 2012-2013 e 2013-2014, o percentual de acréscimo foi de 41% (INPE, 2015).

Visando encontrar medidas para reverter esse cenário mundial, a ONU (2015) apresentou a Agenda 2030, um conjunto de 169 metas, distribuídas em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que nortearão as ações de seus países-membros nos próximos 15 anos em direção a um mundo com sustentabilidade em seu desenvolvimento.

Nesse compromisso até 2030, destacasse a importância a defesa da vida terrestre, ganhando enfoque por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 15 (ODS 15), que reúne procedimentos e ações que visam alcançar o propósito de “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (ONU, 2015). O conjunto de metas a serem alcançadas até 2030 está disposto no Quadro 1.

Quadro 1: Metas de preservação da Vida Terrestre conforme Agenda 2030.

ODS	Meta
15.1	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

continuação

15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.
15.3	Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.
15.4	Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
15.5	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.
15.6	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.
15.7	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.
15.8	Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.
15.9	Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.
15.a	Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
15.b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.
15.c	Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

Fonte: Organização das Nações Unidas. Vida Terrestre, 2015.

3 ATIVIDADES REALIZADAS NO CAMPUS DE ALEGRE

As atividades desenvolvidas no Campus de Alegre que promovem ações em consonância com o ODS 15 DA Agenda 2030 da ONU são implementadas, principalmente, por seus projetos de pesquisa e extensão. Atualmente, encontram-se em andamento 855 projetos de pesquisa registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), em Alegre. Destes, 37% estão ligados à preservação

da biodiversidade, ecossistemas e ao combate à degradação dos solos, conforme ODS 15. No Quadro 2, alguns dos principais projetos podem ser observados.

Quadro 2: Projetos de pesquisa desenvolvidos no Campus de Alegre no ano de 2018.

Registro PRPPG	Título do projeto de pesquisa
3413/2012	Diversidade e estrutura genética populacional de espécies arbóreas ocorrentes em remanescentes de Floresta Altomontana no Parque Nacional do Caparaó
3558/2012	Manejo e biodiversidade de insetos em sistemas florestais
8222/2017	Estimativa de variáveis biofísicas com uso de dados do Landsat 8 na Mata Atlântica, sul do Espírito Santo
8225/2017	Crescimento e produção de florestas nativas e plantadas por meio de tecnologia laser aerotransportado
3287/2012	Diversidade biológica e funcional da Floresta Ombrófila Densa do Parque Nacional do Caparaó, Espírito Santo
7907/2017	Estudo da influência das florestas na vazão de bacias hidrográficas do Espírito Santo
7937/2017	Crescimento e produção de florestas nativas do bioma Amazônico
8709/2018	Paisagens modificadas pela ação antrópica como objetos para conservação e recuperação de ecossistemas
4107/2013	Recuperação ambiental de áreas de pastagens na bacia do rio Itapemirim, sul do estado do Espírito Santo
3459/2012	Tecnologia para produção de mudas de espécies florestais da Floresta Ombrófila Densa do Parque Nacional do Caparaó, Espírito Santo
4675/2013	Fertilização de pastagens degradadas com diferentes doses de nitrogênio e substâncias húmicas
2486/2012	Indicadores de Qualidade de Solo em Pastagens Degradadas na Bacia do Rio Alegre no Estado do Espírito Santo
2515/2011	Restauração florestal de Áreas de Preservação Permanente em Alegre - ES
6120/2015	Criação de uma interface gráfica para a simulação de um incêndio florestal
4546/2013	Eficiência de retardantes de fogo no combate aos incêndios florestais
3411/2012	Potencialidades para recuperação de áreas degradadas com o uso de espécies nativas
3560/2012	Diagnóstico da qualidade ambiental da região sul do Espírito Santo por meio de ensaios biológicos
7586/2016	Ecologia e Conservação de Comunidades Vegetais em um Fragmento de Floresta Estacional Semidecidual no Sul do Espírito Santo

continuação

continuação

6491/2015	Análise de Modelos de Riscos de Incêndios Florestais por Meio de Focos de Calor
7748/2017	Impacto das mudanças climáticas em espécies florestais

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre 94 projetos de extensão desenvolvidos em Alegre, com registro na Pró-Reitoria de Extensão da UFES (PROEX, 2018), 19 possuem relação direta com as metas de preservação da vida terrestre da Agenda 2030, listados no Quadro 3.

Quadro 3: Projetos de extensão desenvolvidos em Alegre em 2018, conforme ODS 15.

Registro PROEX	Título do projeto de extensão
400093	Diagnóstico do uso dos recursos naturais e seus impactos sobre a Floresta Nacional de Pacotuba
400099	Transformação da paisagem de Alegre: uma visão de quem vive a partir dos que viveram
400522	Grupo de Estudos em Animais Silvestres (GEAS) Do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo
400755	Análise física de solos como ferramenta para melhoria das condições das propriedades rurais
400797	Patrimônio Geológico como Objeto de Identidade Cultural
400887	Educação Ambiental e Mobilização para Implantação da Coleta Seletiva no Município de Alegre-ES
401085	Ferramenta para melhoria das condições das propriedades rurais: avaliação de atributos químicos de solos cultivados com culturas de interesse econômico
401101	Água de qualidade pelo uso racional de agrotóxico.
401102	Análise do risco de contaminação de águas por agrotóxicos.
401172	Atendimento Clínico e Cirúrgico de Animais Silvestres do HOVET-UFES
401454	Capacitação de docentes do ensino público em Geoconservação
401548	Soluções Geológicas para a Análise de Caracterização de Rochas e Solos
401561	Coleção didática de rochas do Estado do Espírito Santo para escolas públicas de Ensino Médio no Município de Alegre (ES)
401616	Projeto de atenção à saúde do idoso (PROASI)
401571	Projeto CRR - Sul Capixaba - Capacitação e Atualização em Drogas -
500396	FitoCapixaba: conectando saberes
401673	Chá das cinco

continuação

401605	Coleta Seletiva de Pilhas e Baterias Portáteis Usadas no Município de Alegre - ES - 10267
401807	Grupo de Estudos em Pequenos Animais

Fonte: Dados da pesquisa.

4 RECOMENDAÇÕES

Diante das atividades que foram executadas no ano de 2018 no Campus de Alegre e da perspectiva apresentada no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15, da Agenda2030, recomenda-se à UFES:

- Criar um plano de preservação ambiental dentro da universidade, onde possa ocorrer a integração dos alunos com os professores, onde todos possam pensar juntos em alternativas que melhore a parte ambiental dentro do *Campus*.

- Promover um evento voltada para a conscientização do meio ambiente. O evento contaria com palestras e mesas redondas para a discussão do assunto. Este evento deverá ser aberto a população da cidade de Alegre.

- Também pode ser realizado junto a população alegreense um questionário, para saber a opinião deles sobre o que é preservação ambiental e o que pode ser melhorado em relação a preservação ambiental na cidade. Em posse desses questionários, pode-se elaborar um “plano ambiental” para o município e levar a prefeitura para que o mesmo possa ser estudado e apreciado pelo prefeito para quem sabe ser implantado.

- Dentro do *Campus*, pode ser criado um programa educativo de preservação ambiental, onde o horto da UFES (área atrás do prédio do Departamento da Biologia) pudesse servir como área de preservação e ao mesmo tempo como uma área de educação ambiental aberta ao público e principalmente as escolas da cidade e região.

- No *Campus* existem duas áreas com árvores, uma próxima ao prédio da Geologia e outra atrás do Departamento da Biologia. Entretanto, as árvores ali existentes estão, em sua maioria, condenadas por cupins e devido ao tempo de existência. Logo, as mesmas precisam ser “substituídas” por outras, necessitando de um estudo detalhado.

- Para as substituições das árvores condenadas podem ser utilizadas árvores nativas, cujas mudas podem ser produzidas pelo viveiro do Departamento de Engenharia Florestal da UFES. Neste sentido

estaria ocorrendo a integração entre os Departamentos da Instituição emproou da melhoria ambiental do *Campus*.

- Dentro do *Campus*, podem ser instaladas áreas que tenham uma função ambiental e ao mesmo tempo um toque paisagístico, que possa atrair as pessoas a convivência em grupo e em comunidade.

- Devido à exploração agrícola, o Município de Alegre ficou com grandes áreas degradadas que precisam ser recuperadas. Logo, pode estar sendo proposto um plano de recuperação dessas áreas, com o plantio de árvores nativas, propagadas no viveiro da UFES. Esta ação pode ser realizada em conjunto com a UFES, escolas do Município e prefeitura.

5 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema.** IE/UNICAMP, Campinas, n. 155, fev. 2009. Disponível em:
<<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1785&tp=a>>. Acesso em: 7 jul. 2018.
- BRASIL. **Decreto N° 8.892, de 27 de outubro de 2016.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Seção 1, p. 1, 31 out. 2016. ISSN 1677-7042. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm>. Acesso em: 09 jun. 2018.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Global Forest Resources Assessment.** 1. ed. Rome: FAO, 2015. ISBN 978-92-5-309283-3.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela 5613: áreas total, remanescente e desmatadas da mata atlântica, e respectivos percentuais, para as unidades da federação abrangidas pelo inventário, 2018.** Disponível em:
<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5613#resultado>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Novos dados do Atlas da Mata Atlântica apontam queda de 24% no desmatamento.** INPE/Notícias, 2015. Disponível em:
<http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=3891>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Desmatamento da Mata Atlântica cresce quase 60% em um ano.** INPE/Notícias, 2017. Disponível em:
<http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4471>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia.** 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Vida Terrestre, 2015.** Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods15/>>. Acesso em: 28 maio 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Biodiversidade desaparece a velocidade mil vezes mais rápida por causa do homem, alerta ONU, 2018.** Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/biodiversidade-desaparece-a-velocidade-mil-vezes-mais-rapida-por-causa-do-homem-alerta-onu/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- PROGRAMA INTERNACIONAL DA GEOSFERA-BIOSFERA. **Recomendações para a Rio+20,** Londres, 26-29 mar. 2012. Disponível em:
<http://www3.inpe.br/igbp/arquivos/Biodiversity_FINAL_LR-portugues.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.
- SÃO PAULO. **Biodiversidade.** São Paulo: SMA, 2010. ISBN 978-85-86624-63-6.
- SOUZA, B. I.; SILANS, A. M. B. P.; SANTOS, J. B. **Contribuição ao estudo da desertificação na Bacia do Taperoá.** Rev. bras. eng. agríc. ambient., Campina Grande, v. 8, n. 2-3, p. 292-298, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662004000200019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 jul. 2018.



CAPÍTULO VII

LEVANTAMENTO DOS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PARCERIAS GLOBAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA UFES

Helbert Ramanhole de Vargas¹
E-mail: ramanhole@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O tema do Desenvolvimento Sustentável vem dominando as agendas internacionais, principalmente em Instituições como a ONU (Organização das Nações Unidas), buscando em ações voltadas para a redução da pobreza, provisão de necessidades básicas e melhoria nas condições de vida dos indivíduos em todo o mundo, principalmente em países que apresentam situações de extrema pobreza (AÇÃO EDUCATIVA, 2018). Entende-se por Desenvolvimento sustentável o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro (WWF, 2018).

Atualmente as discussões acerca do Desenvolvimento Sustentável, a educação frequentemente desempenha um papel importante, tanto entre os que lhe conferem uma função mais econômica, no sentido de formação para o mercado de trabalho e crescimento profissional e produtivo, quanto entre aqueles que enxergam nela um direito que possibilita o pleno desenvolvimento da personalidade humana e das noções de cidadania, e que fortalecem, inclusive, a realização de outros direitos (AÇÃO EDUCATIVA, 2018).

Em discussões das Nações Unidas a nível mundial sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), surgiu a Agenda 2030 ONU, que são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, com 17 objetivos e 169 metas (VERDE GAIA, 2018). Tal agenda é formada com ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Os 17 objetivos foram criados a partir dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), elaborados pela ONU, onde foram os pilares para o desenvolvimento dos ODS (ONU, 2018a). A ONU percebeu que os ODM obtiveram avanços consideráveis na redução da pobreza global, no acesso à educação e a água. Portanto, propôs dar continuidade ao trabalho já realizado, traçando novas metas, surgindo assim os ODS.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 17 é o que tem mais metas (19) e aborda diferentes frentes associadas ao Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2018). Há objetivos que abordam áreas de: finanças, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e de instituições, parcerias multissetoriais, dados, monitoramento e prestação de contas.

Trata-se de um objetivo mais voltado para a ação internacional de auxílio a países em desenvolvimento, ampliando as possibilidades de investimento, transferência tecnológica, comércio multilateral. Mas, também, aborda os meios de implementação (assistência técnica, recursos financeiros, descentralização de conhecimentos e fortalecimento de capacidades institucionais) para o conjunto dos ODS. Estabelece, ainda, especial ênfase sobre o reforço dos meios de implementação dos ODS por meio de uma revitalizada parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Pelo exposto, o objetivo deste trabalho é descrever as atividades que fortalecem os meios de implementação e revitalização de parcerias globais para o desenvolvimento sustentável, na Universidade Federal do Espírito Santo, Campus Alegre, referentes ao ano de 2018, que estejam alinhadas com as Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17, proposto na Agenda 2030.

2 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A agência da ONU e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) promoveram no Brasil, seminário sobre parcerias para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de discutir parcerias entre setores e políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Com a participação de representantes da sociedade civil, setor privado, organismos internacionais, academia e governos participaram dos debates (ANDRADE, 2018).

Evento desta natureza, entre tantas outras ações no Brasil, como a apresentação de um relatório feito por ONGs sobre implementação dos objetivos globais no Brasil, denominado “Relatório Luz da Sociedade Civil sobre o Desenvolvimento Sustentável”, demonstram que o país também está na rota de articulação prevista. Muito significativa no país, a ONU, através dos trabalhos do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), tanto na área de capacitação para missões de paz quanto no fortalecimento das agências nacionais de cooperação, como o que ocorreu com a implantação de projeto em seis estados que melhorou a qualidade da energia consumida por 4 milhões de brasileiros. Isto se deu através de parceria entre o Banco Mundial e a Eletrobrás (ANDRADE, 2018).

Além das parcerias no plano internacional, seja na Cooperação Norte-sul, Sul-Sul e/ou Triangular, as parcerias multissetoriais também exercem papel essencial na promoção da Agenda 2030, tendo em vista o compartilhamento de experiências, tecnologias e recursos financeiros a partir de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil (LIMA, 2018).

Alguns setores se destacam como potenciais áreas de projeção do Brasil no cenário internacional. Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), por exemplo, tem importante

papel no sentido de viabilizar projetos de cooperação técnica com países em diferentes estágios de evolução, podendo ser um centro de transferência de tecnologia que impulsiona o desenvolvimento em outras regiões. Ainda no campo da difusão e compartilhamento de tecnologias, ainda não se avançou na criação de um banco de tecnologias sustentáveis no país, a despeito de iniciativas pontuais capitaneadas por organizações da sociedade civil (GTSC, 2017).

O Brasil também tem grande oportunidade de cooperação no campo de mudanças climáticas, diante de seu potencial de geração de energia renovável e do caso de sucesso na redução do desmatamento durante os anos na segunda metade dos anos 2000. Se considerados programas sociais que tiraram milhões de pessoas da situação de pobreza extrema e contribuíram para redução da fome, tem-se um quadro potencial de liderança na agenda da sustentabilidade como um todo (GTSC, 2017).

Os maiores esforços foram concentrados na abertura de mercados e de regras para o comércio no plano multilateral, no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio), e em acordos preferenciais com países em desenvolvimento. Enquanto isso, multiplicavam-se acordos preferenciais a nível global, diante dos impasses da Rodada de Doha (Catar). O Brasil como expoente deste isolamento, tem-se a posição protecionista em relação às tarifas de importação, com uma complexa lista de tributos que elevam a alíquota de produtos para até 70% do seu valor original (GTSC, 2017).

3 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Declaração da Agenda 2030 estabeleceu os 17 objetivos e respectivas metas, sendo dezesseis de natureza material e apenas um, o de nº 17, de natureza processual, assim, esse esforço comum requer uma parceria global em torno do capitalismo humanista como regência econômica da humanidade que habita o nosso planeta, sua casa comum, tendo, para tanto, sido eleitas pelas Nações Unidas cinco perspectivas de ação no que tange ao ODS 17, quais sejam: (1) – Finanças; (2) – Tecnologia; (3) – Capacitação; (4) – Comércio; e (5) – Questões sistêmicas: a) – Coerência de políticas e institucional; e b) – As parcerias multissetoriais (SAYEG, 2016).

As metas estabelecidas no ODS, que possuem relação direta ou indireta com o fortalecimento de instituições públicas, são:

17.6.1 - Número de acordos de cooperação e programas entre países na área da ciência e/ou tecnologia, por tipo de cooperação.

17.7 - Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

17.14 - Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

17.14.1 - Número de países com mecanismos em vigor para reforçar a coerência política do desenvolvimento sustentável.

17.15 - Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.

17.16 - Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

17.17 - Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

17.18 - Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

17.19 - Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

A UFES é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e que atua com base no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vocação para atuar em todas as áreas do saber (UFES, 2018b).

A missão da UFES foi assim definida:

Gerar avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais e sociais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, transferindo e socializando conhecimentos e inovações que contribuam para a formação do cidadão, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito regional, nacional e internacional (UFES, 2018b).

Um dos Campi da UFES está localizado na região Sul do E Espírito Santo e oferta atualmente 17 cursos de graduação, 8 cursos de mestrado e 3 de doutorado. Abriga dois centros de ensino denominados Centro de Ciências Agrárias e Engenharias e Centro de Ciências Exatas, Naturais e da

Saúde, sendo que os dois Centros compartilham o mesmo espaço físico, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em articulação com os cursos de graduação e as coordenações dos programas de pós-graduação.

O Centro de Ciências Agrárias e Engenharias (CCAIE) é uma unidade acadêmico-administrativa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e possui os seguintes departamentos: Agronomia, Ciências Florestais e da Madeira, Engenharia Rural, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária e Zootecnia. Oferece sete cursos de graduação: Agronomia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal, Engenharia Industrial Madeireira, Engenharia Química, Medicina Veterinária e Zootecnia.

O CCAIE mantém em sua estrutura o Hospital Veterinário (HOVET), sendo esse o único de instituição pública no Estado do Espírito Santo, que funciona como principal laboratório de formação acadêmica para os estudantes da Graduação em Medicina Veterinária e da Pós-Graduação em Ciências Veterinárias. O HOVET possui diversos projetos voltados para o atendimento à comunidade de Alegre e região, incluindo programas rurais.

O Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS) possui os seguintes Departamentos: Biologia, Computação, Farmácia e Nutrição, Geologia, Matemática Pura e Aplicada, Química e Física. O CCENS oferece 10 cursos de graduação distribuídos pelos seus Departamentos, a saber: Ciência da Computação, Ciências Biológicas (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Farmácia, Física (licenciatura), Geologia, Matemática (licenciatura), Nutrição, Química (licenciatura), e Sistemas de Informação. Mantém os Programas de Pós-Graduação em Agroquímica e o de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, oferecendo cursos de mestrado.

A UFES também presta diversos serviços ao público acadêmico e à comunidade, como teatro, cinema, galerias de arte, centro de ensino de idiomas, bibliotecas, planetário e observatório astronômico, auditórios, ginásio de esportes e outras instalações esportivas. Oferece também serviços na área de saúde por meio do Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (HUCAM), com atendimento em diferentes especialidades médicas, sendo referência em atendimentos de média e alta complexidade (UFES, 2018b).

A UFES oferece 103 cursos de graduação presencial, com um total de 5.004 vagas anuais. Na pós-graduação possui 47 cursos de mestrado acadêmico, nove de mestrado profissional e 26 de doutorado. Possui um quadro de 1.780 professores efetivos, 2.016 técnicos-administrativos, 19.997 estudantes matriculados na graduação presencial e 3.174 na pós-graduação. Sua sede administrativa central está localizada no campus universitário de Goiabeiras, em Vitória. Na pesquisa científica e tecnológica, segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa a UFES possui 1.120 projetos em andamento e, na extensão universitária, segundo a Pró-Reitoria de Extensão, são 527 projetos em andamento.

4.1 Atividades relacionadas com o ODS 17 no Campus de Alegre

No que tange o fortalecimento de parcerias, estabelecido na Meta 17.17 “Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias”. Observou-se algumas parcerias públicas e privadas dos Centros CCAE e CCENS com outras instituições públicas e privadas:

- Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG)
- FÍBRIA, empresa privada no ramo florestal
- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)
- Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA)
- Instituto ambiental Cafundó
- Movimento de empresários do Sul do Espírito Santo (MESES)
- PETROBRÁS (empresa de capital aberto)
- Prefeitura Municipal de Alegre e Jerônimo Monteiro
- REMASA reflorestadora
- SEDU (Secretaria de Educação – ES)
- Vale do Rio Doce

As parcerias com outras Universidades estrangeiras são apresentadas no (Quadro 1).

Quadro 1: Parcerias com Universidades de outros países no Campus de Alegre.

Universidades	País
Universidade de Barcelona	Espanha
Universidade de Córdoba	Espanha
Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro	Portugal
Universidade Técnica de Lisboa	Portugal
Universidade Huelva	Espanha
Universidade Granada	Espanha
Universidade da Finlândia – HAMK	Finlândia
Universidade Católica de Temuco	Chile
Instituto de investigação agrária de Moçambique – África	Moçambique

Fonte: Dados da pesquisa.

a) Pesquisa e extensão: as ações de Extensão têm por meta a integração da UFES com a sociedade, visando estabelecer vínculos efetivos com os movimentos, demandas e políticas de diferentes setores sociais. A base dessa integração é o diálogo realizado por meio de Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de serviços promovidos pela comunidade acadêmica (UFES, 2018a).

b) Das bolsas

1 - Programa Integrado de Bolsas (PIB): com o objetivo de prover a Instituição de um conjunto articulado de programas formativos, acessíveis aos estudantes de graduação, que propiciem experiências científicas, culturais e artísticas ao longo de sua trajetória acadêmica, de forma a desenvolver competências técnico-científicas e sociais, além de valores humanísticos, foi criado o Programa Integrado de Bolsas – PIB com o intuito de apoiar atividades acadêmicas que integram as áreas de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando aos estudantes atividades extracurriculares complementares à formação acadêmica, atendendo a necessidades e contribuindo para o fortalecimento do curso de graduação (UFES, 2018n).

O PIB está configurado em dois grupos distintos de programas de bolsas:

1. a) Programa de Iniciação à Docência (PID) - visa contribuir para o processo de aprendizagem de estudantes, promovendo a maior interação entre discentes e docentes no que tange ao conteúdo das disciplinas, integrando a monitoria ao processo formativo e despertando o interesse do estudante pela carreira acadêmica;

1.b) Programa de Aprimoramento Discente (PAD) - visa desenvolver ações e projetos que conferem suporte às atividades acadêmicas, técnicas e administrativas da UFES, e, ao mesmo tempo, ampliar o escopo da formação do discente por meio de seu engajamento em atividades promotoras de competências vinculadas ao seu campo de estudo.

2 - Programa de Bolsas de Extensão (PROJEX): visa promover ações e integração de trabalhos técnicos, científicos, culturais, esportivos e artísticos, desenvolvidos por esta Instituição, em prol e em parceria com a comunidade, contribuindo para a formação cidadã e apoiando a articulação Universidade- Sociedade

3 - Programa de Bolsas Digital (PIDIG): objetiva desenvolver habilidades de tecnologia da informação, além de incentivar e desenvolver atividades acadêmicas vinculadas ao uso da informática, visando atender a necessidades da Instituição e preparar estudantes de graduação para o desempenho de atividades de informática na vida profissional.

4 - Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA): surge da necessidade de uma ação institucional, que visa o acompanhamento acadêmico dos estudantes de graduação, tendo em vista a

promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção, ao desligamento e a evasão nos cursos de graduação da UFES.

O programa tem como proposta a criação de atividades que propiciem uma melhor inserção do estudante no ambiente acadêmico, o acompanhamento de seu desempenho durante o curso, e a preparação de sua passagem para a vida profissional. Também pode se obter como resultado o desenvolvimento do protagonismo do estudante, no que tange a sua formação.

5 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): envolve estudantes e professores da escola básica e da Universidade. Atualmente são 384 bolsas para estudantes de cursos de licenciatura da UFES. O objetivo do PIBID é desenvolver uma política de incentivo à formação de docentes a partir da garantia de maior permanência dos licenciados nas escolas de Educação Básica.

6 - Residência Pedagógica: são projetos inovadores que estimulem articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, em parceria com as redes de ensino, no âmbito do Programa de Residência Pedagógica (UFES, 2018o). UFES Digital: proposta de tramitação eletrônica de documentos, que visa acabar gradativamente com o uso de papel.

c) Grupos e Núcleos de pesquisa no ano de 2018

- Bioenergia e Bioprodutos de Base Florestal. Está ligado aos ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura); ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e da Agenda 2030. Esse Grupo está vinculado ao Departamento de Ciências Florestais e da Madeira. Busca contribuir para o desenvolvimento do uso sustentável de recursos de origem florestal, constituindo-se numa das mais importantes referências em suas áreas de atuação. Destaca-se, a sua atuação em pesquisa, desenvolvimento tecnológico, formação e capacitação profissional no atendimento de setores que utilizam a madeira como fonte de energia, carvão vegetal e seus produtos correlatos, além daqueles que se interessam pelo uso de insumos químicos obtidos pelos diferentes processos da ação térmica na biomassa.

- GAGEN: o grupo de pesquisas avançadas nacionais e internacionais “GEOTECHNOLOGY APPLIED TO GLOBAL ENVIRONMENT – GAGEN”, tem como objetivo colaborar com o desenvolvimento e reconhecimento da área ambiental do Brasil e do mundo (UFES, 2018d), tendo relação com os ODS 15 (Vida terrestre).

- GESAN ligado diretamente com o ODS 2 (Fome Zero), foi criado para discutir as questões que envolvem a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), elaborar atividades e projetos acadêmicos, estimular o envolvimento com comunidades, divulgar eventos relacionados à SAN e ao DHAA, entre outras ações. Conta com a participação de acadêmicos de diferentes períodos e instituições (UFES, 2018e).

- GEAPS: o Grupo de Estudo Aplicado em Produtos Naturais e Síntese Orgânica (GEAPS), certificado pelo CNPq, O GEAPS tem como objetivo principal a identificação de constituintes químicos de plantas e/ou a síntese de compostos que apresentem efeito no controle de pragas e doenças na agropecuária, uso medicinal ou interesse na indústria de alimentos objetivando o desenvolvimento de novos produtos (UFES, 2018f). Tem ligação com os ODS 2 (Agricultura sustentável) e ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

- Grupo de Pesquisa em Colheita, Ergonomia, Segurança e Logística Florestal: o grupo de pesquisa tem desenvolvido pesquisas científicas de caráter operacional em Colheita, Ergonomia, Segurança e Logística Florestal e áreas afins. Tem-se dedicado ao estudo das técnicas existentes e inovação tecnológica do uso de máquinas e equipamentos de colheita e logística florestal, bem como os aspectos ergonômicos e de segurança na realização das atividades florestais. Em logística florestal o grupo de pesquisa tem atuado especialmente em estratégias locais para implantação de polos florestais e industriais madeireiras (UFES, 2018c). Tem ligação com os ODS 3 (Saúde e bem estar); ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).

f) Núcleos

- Núcleo de acessibilidade. Tem ligação com o ODS 4 (educação de qualidade), nas Metas que visam a inclusão. O termo acessibilidade significa incluir a pessoa com deficiência na participação de atividades como o uso de produtos, serviços e informações. Com o objetivo de tornar a internet acessível existem guias nacionais e internacionais que recomendam padrões e boas práticas. No Brasil destaca-se o e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) que é baseado nas instruções do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C (World Wide Web Consortium) e estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais.

Na UFES, foi adequado às recomendações do e-MAG. As ferramentas de acessibilidade estão disponíveis no cabeçalho, são elas: menus de acesso rápido, contraste e tamanho da fonte. Além desses recursos, é possível navegar apenas via teclado, utilizar tradutores de libras e leitores de tela (UFES, 2018h).

- Núcleo de Desenvolvimento estratégico em Sustentabilidade (NUDESUS) foi criado com intuito de apoiar iniciativas científicas, tecnológicas, socioeconômicas e ambientais do Centro de

Ciências Agrárias e Engenharias (CCA/UFES). Tem como objetivo principal a captação de recursos e parcerias para a execução de projetos de interesse recíproco com entidades públicas e particulares, fortalecendo assim o desenvolvimento do CCAE, ligado principalmente ao ODS 17, foco deste capítulo.

- NUPEMASE: é um núcleo de pesquisa científica e tecnológica e tem como principal objetivo realizar e difundir pesquisas sobre as florestas brasileiras, nativas e/ou plantadas. Busca a interação com outros pesquisadores e instituições para que mais conhecimento sobre as nossas florestas sejam gerados e transmitidos a sociedade (UFES, 2018j). Está ligado aos ODS 17, ODS 15 (vida terrestre).

- NUDEMAFI: o Núcleo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Manejo Fitossanitário de Pragas e Doenças (NUDEMAFI) foi formado com a finalidade de melhorar a interação dos pesquisadores das áreas de Entomologia e Fitopatologia com outros núcleos e instituições de pesquisa no Brasil e no exterior, formar recursos humanos na área de manejo fitossanitário de pragas e doenças, aumentar a captação de recursos financeiros essenciais para a manutenção e aperfeiçoamento do mesmo e, fortalecer o Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal (PPGPV) em nível de mestrado do CCA-UFES (UFES, 2018i). Ligado ao ODS 17.

- Painéis Reconstituídos: a criação desse grupo de pesquisa permitirá uma maior integralização dos estudantes de Engenharia Industrial Madeireira e pesquisadores associados à área de tecnologia da madeira na UFES, permitindo desta forma o desenvolvimento de novas pesquisas. Estas pesquisas estarão voltadas sobretudo no aproveitamento de resíduos lignocelulósicos para fabricação de chapas de partículas aglomeradas e elementos laminados, com a utilização de adesivos a base de tanino associado a resinas químicas comerciais (UFES, 2018l). Possui ligação com o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura).

d) Laboratório de Solos: o laboratório realiza análises químicas e físicas de solos com objetivo de fornecer informações para avaliação da fertilidade do solo visando a recomendação de adubação e calagem. São adotados métodos padrões recomendados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA- Solos). A parceria com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFES possibilita realizar as análises de solo com menor custo e maior confiabilidade para incentivo e difusão da importância dessas análises na recomendação de adubação e calagem para os produtores rurais (UFES, 2018g). Relacionado ao ODS 17, objeto deste Capítulo.

e) Programa UFES no Campo

Os produtores rurais dos municípios da região do Caparaó podem ouvir ao programa UFES no Campo, uma vez na semana. Cada programa tem um professor de diferentes áreas

do conhecimento do Campus de Alegre que discutirá um tema ligado ao campo. É uma oportunidade de aproximar a Universidade da comunidade local (UFES, 2018p). Está relacionado com o ODS 17.

f) Recursos Hídricos e Ambientais

Esse grupo de pesquisa tem voltado suas ações para o desenvolvimento de tecnologias e obtenção de subsídios visando a redução dos impactos ambientais associados às atividades agrícolas, a otimização do uso da água e a maximização da produtividade das culturas. O grupo também; tem se dedicado ao desenvolvimento de trabalhos a fim de oferecer subsídios para o esforço nacional associado à adequada gestão de recursos hídricos (UFES, 2018q). Segundo suas atividades, possui relação com os ODS 12 (produção sustentável); ODS 14 (uso da água); ODS 15 (vida terrestre).

g) Rede de Comercialização Solidária

Projeto de extensão de apoio aos agricultores familiares de Alegre visando ampliar e melhorar a sua inserção nos mercados locais de alimentos, com base nos princípios da economia solidária. O projeto é desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegre e o INCAPER. Está ligado ao ODS 2 (agricultura sustentável) e ODS 8 (trabalho e crescimento econômico).

Uma nova alternativa de mercado criada foi a REDE DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA (RCS-Alegre). Por meio dela, ocorre a relação direta entre alguns produtores familiares de Alegre e consumidores mais conscientes, que buscam ter acesso a alimentos sem agrotóxicos ou produzidos por agroindústrias familiares rurais (UFES, 2018r).

4 REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. A implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil e os desafios das metas em educação: publicações. 2017. Disponível em:

<<http://acaoeducativa.org.br/blog/publicacoes/implementacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-e-os-desafios-das-metas-em-educacao/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ANDRADE, Ana Carla Arantes V. **Objetivo do desenvolvimento sustentável.** AECIC. Curitiba, 14 set 2017. Seção Portal do conhecimento. Disponível em: <<http://www.aecic.org.br/foruns-estrategicos/ods-17-fortalecer-os-meios-de-implementacao-e-revitalizar-a-parceria-global-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 30 jun.2018.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL (GTSC). **Relatório luz da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável: síntese.** 2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/wpcontent/uploads/2017/07/Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Objetivo do Desenvolvimento Sustentável: indicadores.** 2018. Disponível em: <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo/objetivo?n=17>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

LIMA, João Antonio dos Santos. **Objetivo do desenvolvimento sustentável nº 17: metas 1 e 2.** Ceiri NewsPaper, 17 maio 2016. Disponível em: <<https://jornal.ceiri.com.br/objetivo-de-desenvolvimento-sustentavel-no-17-parcerias-pelas-metas12/>>. Acesso em 30 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods17/>>. Acesso em: 20 jun. 2018

_____. **RIO +20. Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/desenvolvimento-sustentavel.html>. Acesso em: 30 jun. 2018^a

_____. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 30 jun. 2018b.

SAYEG, Ricardo Hasson. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 – ODS 17 – parcerias pelas metas. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 81, dez. 2017. Disponível em: <http://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao081/Ricardo_Hasson_Sayeg.html>. Acesso em: 29 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). **O que é a extensão universitária.** Disponível em: <<http://www.proex.ufes.br/o-que-%C3%A9-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria>>. Acesso em: 30 jun. 2018a.

_____. **A Instituição.** Disponível em: <<http://www.ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 15 jun. 2018b.

- _____. **Bioenergia e bioprodutos de base florestal.** Disponível em:
<<http://www.florestaemadeira.ufes.br/bioenergia-e-bioprodutos-de-base-florestal>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- _____. **Colheita, ergonomia, segurança e logística florestal.** Disponível em:
<<http://www.florestaemadeira.ufes.br/colheita-ergonomia-seguranca-e-logistica-florestal>>. Acesso em: 20 jun. 2018c.
- _____. **Geotechnology applied to global environment.** Disponível em:
<www.florestaemadeira.ufes.br/geotechnology-applied-global-environment-gagen>. Acesso em: 20 jun. 2018d.
- _____. **GEAPS.** Disponível em: <<http://www.alegre.ufes.br/geaps>>. Acesso em: 30 jun. 2018. Acesso em: 20 jun. 2018e.
- _____. **GESAN.** Disponível em: <<http://www.alegre.ufes.br/gesan>>. Acesso em: 30 jun. 2018f. Laboratório de solos. Disponível em: <<http://www.agronomia.alegre.ufes.br/laborat%C3%B3rio-de-solos>>. Acesso em: 30 jun. 2018g.
- _____. **Núcleo de acessibilidade.** Disponível em: <<http://www.alegre.ufes.br/na>>. Acesso em: 25 jun. 2018h.
- _____. **NUDEMAFI.** Disponível em: <<http://www.alegre.ufes.br/nudemafi-apresentacao>>. Acesso em: 20 jun. 2018i.
- _____. **NUPEMASE.** Disponível em: <<http://www.florestaemadeira.ufes.br/nupemase>>. Acesso em: 30 jun. 2018j.
- _____. **Painéis reconstituídos.** Disponível em: <<http://www.florestaemadeira.ufes.br/painéis-reconstituídos>>. Acesso em: 17 jun. 2018l.
- _____. **Programa integrado de bolsas.** Disponível em:
<<https://www.sistemasweb.ufes.br/proplan/pib/>>. Acesso em: 10 jun. 2018n.
- _____. **Residência pedagógica.** Disponível em: <<http://prograd.ufes.br/programa-residencia-pedagogica>>. Acesso em: 10 jun. 2018o.
- _____. **Programa UFESno campo.** <<http://www.alegre.ufes.br/programa-ufes-no-campo>>. Acesso em: 30 jun. 2018p.
- _____. **Recursos hídricos e ambientais.** Disponível em:
<[http://www.florestaemadeira.ufes.br/recursos-hídricos-e-ambientais](http://www.florestaemadeira.ufes.br/recursos-hidricos-e-ambientais)>. Acesso em: 30 jun. 2018q. Rede de comercialização solidária. Disponível em: <<http://www.alegre.ufes.br/rede-de-comercializa%C3%A7%C3%A3o-solid%C3%A1ria>>. Acesso em: 30 jun. 2018r.
- _____. **UFES Digital: implantado novo protocolo web.** Disponível em:
<<http://portal.ufes.br/conteudo/ufes-digital-implantado-novo-protocolo-web>>. Acesso em: 10 jul. 2018r.

VERDE GAIA GRUPO. Entenda o que são os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).

Disponível em: <<https://www.vgresiduos.com.br/blog/entenda-o-que-sao-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). O que é desenvolvimento sustentável? Disponível em:

<https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em 13 jul. 2018.

AUTORES

Cristiano Dutra (c.dutra84@gmail.com).

Elaine Cristina Gomes da Silva (elaine.g.silva@ufes.br).

Gabriela Senra Amaral. Servidora pública (gabisenra@hotmail.com).

Helbert Ramanhole de Vargas (ramanhole@hotmail.com).

Ligiane Bornela de Souza (lg.bornela@gmail.com).

Lucas José Teodoro Lobato (lucaslobato17@hotmail.com).

Maria Luiza Leal Domingos Guimarães (mlldg@bol.com.br).

Sergio Rodrigues Silveira (silveirasr@gmail.com).

Nilton Cesar Fiedler (nilton.fiedler@ufes.br).

